ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026006/2026
Adesão Nº 001/2026

1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026 – Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA

OBJETO: ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL
Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021

FOLHAS. Nº_____
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

OFICIO N°: 92/2026

À
Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA
A/C: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Assunto: Solicitação de Renovação dos Contratos nº 026/2026, 027/2026, 028/2026 e 029/2026

O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **17.116.752/0001-15**, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência solicitar a **renovação dos Contratos nº 026/2026, 027/2026, 028/2026 e 029/2026**, firmados entre esta instituição e o Município de Pastos Bons/MA.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade dos serviços atualmente executados, os quais vêm sendo prestados de forma satisfatória e em conformidade com as obrigações contratuais assumidas, contribuindo para a manutenção das atividades e ações de interesse público desenvolvidas por essa Administração Municipal.

Destaca-se que a renovação contratual atende aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da economicidade, permitindo a preservação das condições já estabelecidas e a continuidade das ações desenvolvidas em benefício da população do Município de Pastos Bons.

Dessa forma, solicitamos a análise e adoção das providências necessárias para a formalização da renovação dos referidos instrumentos contratuais, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA:75114500325
Assinado de forma digital por MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA:75114500325
Dados: 2026.08.24 15:29:03 -03'00'

São Luís (MA), 24 de Agosto de 2026

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

Marcio Roberto da Silva Ferreira

Diretor / Presidente

CPF: 751.145.003-25

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

PASTOS BONS

JUSTIFICATIVA PARA O ADITIVO

Assunto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL
Contrato nº 029/2026
Contratada: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, endereçada na AV. DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, 18, Bairro não informado, São Luís, Maranhão, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 17.116.752/0001-15, representada neste ato por Marcio Roberto da Silva Ferreira, CPF nº 751.145.003-25;

OBJETO: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.

I — DO OBJETO DA JUSTIFICATIVA

A presente justificativa tem por objeto fundamentar a formalização do **1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato nº 029/2026**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA e o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na terceirização de mão de obra destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.

O instrumento aditivo tem por finalidade exclusivamente a **prorrogação da vigência contratual por mais 06 (seis) meses**, mantendo-se as condições econômicas e demais cláusulas contratuais vigentes, de modo que o período atualmente compreendido entre **16/03/2026 e 16/09/2026** seja sucedido por novo período de execução compreendido entre **16/09/2026 e 16/03/2027**.

O valor global correspondente ao novo período de 06 (seis) meses permanecerá em **R$ 972.720,00**, sem alteração dos preços unitários atualmente praticados e sem inclusão, neste termo aditivo, de reajuste, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimo ou supressão quantitativa do objeto.

A medida pretendida possui, portanto, natureza de **prorrogação de contrato de serviço contínuo**, juridicamente denominada no instrumento administrativo como renovação, não representando nova contratação nem modificação substancial do objeto originalmente pactuado.

II — DO HISTÓRICO E DA NECESSIDADE ADMINISTRATIVA

O Contrato nº 029/2026 foi celebrado para assegurar, mediante terceirização, a disponibilização de mão de obra necessária ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.

Durante o período de execução contratual, a contratação vem sendo utilizada para atender necessidades permanentes da Administração na área da saúde, cuja continuidade não se mostra compatível com solução de interrupção abrupta dos serviços contratados.

A necessidade administrativa que deu origem à contratação permanece existente, razão pela qual a cessação do vínculo contratual em 16 de setembro de 2026, sem a adoção de medida administrativa apta a assegurar a continuidade da mão de obra necessária, poderia comprometer a regularidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e exigir a adoção imediata de providências alternativas para suprir a mesma necessidade administrativa.

A renovação ora proposta, portanto, não decorre da criação de uma nova demanda, mas da **permanência da necessidade pública que justificou a contratação originária**, mantendo-se o objeto e as condições essenciais do ajuste.

Além disso, foi confirmada a existência de **previsão expressa para prorrogação contratual no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual**, circunstância indispensável à análise da continuidade do vínculo nos termos da Lei nº 14.133/2021.

III — DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Contrato nº 029/2026 encontra-se submetido ao regime jurídico da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 105, que a duração dos contratos será aquela prevista no edital, devendo ser observados os créditos orçamentários correspondentes e as demais condições legalmente estabelecidas.

Tratando-se de serviço de natureza contínua, o art. 106 da mesma Lei admite a contratação por prazo prolongado, desde que presentes as condições legais, inclusive a demonstração da vantagem econômica para a Administração e a manutenção das condições necessárias à execução do objeto.

De modo específico, o **art. 107 da Lei nº 14.133/2021** dispõe que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima legal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, admitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

No caso concreto, encontram-se presentes os pressupostos administrativos informados para a renovação: trata-se de serviço contínuo; existe previsão expressa de prorrogação no Edital, Termo de Referência e contrato; permanece a necessidade administrativa; a contratada manifesta concordância com a continuidade; os preços contratados serão mantidos; e o novo período pretendido será de apenas 06 (seis) meses.

Também deve ser observado o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a execução contratual deve ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), cabendo ao responsável pela fiscalização registrar as ocorrências relacionadas à execução.

A formalização do termo aditivo deverá, ainda, observar o art. 132 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela contratada, das prestações determinadas pela Administração em razão da alteração contratual, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

Assim, a prorrogação pretendida deverá ser formalizada antes do encerramento da vigência atualmente estabelecida, mediante o competente termo aditivo e observância das demais exigências de instrução processual.

IV — DO INTERESSE PÚBLICO E DA NECESSIDADE DE CONTINUIDADE

A continuidade da contratação encontra fundamento no interesse público relacionado à manutenção das atividades administrativas e operacionais necessárias ao funcionamento regular da Secretaria Municipal de Saúde.

A terceirização de mão de obra objeto do contrato atende a uma necessidade de natureza continuada, de modo que a interrupção da prestação dos serviços ao final da vigência atual poderia gerar descontinuidade das atividades que dependem da força de trabalho contratada.

A renovação por período determinado permitirá à Administração preservar a continuidade dos serviços, evitando a interrupção abrupta da mão de obra atualmente disponibilizada e os riscos administrativos decorrentes da ausência de solução contratual para atendimento da necessidade existente.

Não se trata, portanto, de prorrogação automática ou fundada exclusivamente na conveniência da contratada, mas de medida vinculada à permanência da necessidade administrativa, à continuidade do serviço público e à demonstração das condições necessárias à manutenção do vínculo.

A opção pela prorrogação também evita a necessidade de desmobilização imediata da estrutura de mão de obra atualmente empregada na execução contratual, preservando a continuidade das atividades enquanto perdurar a necessidade administrativa correspondente.

V — DA VANTAJOSIDADE E DA COMPATIBILIDADE ECONÔMICA

A vantajosidade da prorrogação constitui requisito indispensável para a continuidade dos contratos de serviços continuos sob a Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, foi informado que **não foi realizada nova pesquisa formal de preços de mercado especificamente para a presente renovação**. Por essa razão, os parâmetros de preços originalmente constantes do Termo de Referência não podem ser apresentados como se constituíssem pesquisa contemporânea de mercado.

Todavia, foi verificado que os valores atualmente praticados no contrato permanecem **abaixo dos parâmetros de preços constantes do Termo de Referência que subsidiou a contratação originária**, circunstância que constitui elemento histórico favorável à manutenção das condições econômicas do ajuste, sem que isso seja confundido com uma nova pesquisa de mercado.

A renovação será realizada **sem alteração dos preços unitários**, mantendo-se o valor global de **R$ 972.720,00 para o novo período de 06 (seis) meses**, não incidindo, neste momento, reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro.

A contratada também manifestou concordância com a continuidade do contrato nas condições atualmente estabelecidas.

Desse modo, a Administração dispõe de elementos administrativos favoráveis à manutenção do ajuste, especialmente a inexistência de aumento dos preços, a manutenção das condições originalmente pactuadas, a concordância da contratada e a circunstância de os preços contratuais permanecerem abaixo dos parâmetros econômicos utilizados na formação inicial da contratação.

Registra-se, contudo, que a comparação com os preços do Termo de Referência possui natureza **histórica**, não substituindo eventual pesquisa contemporânea de mercado que se mostre necessária para robustecer a demonstração de vantajosidade exigida pela legislação e pelos controles administrativos.

A eventual discussão futura acerca de **repactuação**, quando juridicamente cabível em razão da natureza da mão de obra terceirizada e dos pressupostos legais e contratuais pertinentes, constitui matéria distinta da presente renovação e não integra o objeto deste termo aditivo.

VI — DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA MANIFESTAÇÃO DA GESTORA

A execução contratual vem ocorrendo de forma regular e satisfatória, não tendo sido relatadas ocorrências graves capazes de comprometer a continuidade do vínculo contratual.

A contratada vem atendendo às obrigações relacionadas à disponibilização da mão de obra objeto da contratação, observando as condições estabelecidas para a prestação dos serviços e o atendimento das demandas encaminhadas pela Administração.

Na qualidade de Secretária Municipal de Saúde e responsável pela gestão administrativa da pasta, declaro que tenho acompanhado a execução do Contrato nº 029/2026 e que, até o presente momento, a prestação dos serviços de terceirização de mão de obra vem ocorrendo de forma regular e satisfatória, com atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e disponibilização da mão de obra necessária à execução das atividades contratadas. Não foram identificadas, no período de execução considerado, ocorrências graves que recomendem a interrupção do vínculo ou que inviabilizem sua continuidade.

Diante da permanência da necessidade dos serviços, da regularidade da execução contratual e da inexistência de circunstância administrativa que recomende a descontinuidade da contratação, manifesto-me favoravelmente à manutenção do contrato pelo período adicional de 06 (seis) meses, preservadas as condições atualmente pactuadas.

A manifestação acima integra a presente justificativa administrativa e constitui elemento de motivação da decisão de prorrogação, sem prejuízo das atribuições próprias do fiscal do contrato e dos demais agentes responsáveis pelo acompanhamento da execução.

VII — DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A continuidade contratual pressupõe a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação, conforme as exigências estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

Nesse sentido, antes da formalização do termo aditivo, deverão ser verificadas e juntadas aos autos as comprovações necessárias quanto à manutenção das condições jurídicas, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, econômico-financeiras e demais requisitos exigíveis da contratada, conforme a natureza do contrato e as disposições do Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.

A assinatura do termo aditivo deverá, portanto, permanecer condicionada à regularidade da documentação exigível no momento da prorrogação.

VIII — DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A continuidade da execução contratual deverá observar a existência de **dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas correspondentes ao novo período de vigência**, em conformidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Fundo Municipal de Saúde.

Considerando que as dotações orçamentárias específicas não foram individualizadas nas informações utilizadas para esta justificativa, a formalização do aditivo deverá ser precedida da correspondente confirmação da disponibilidade orçamentária pelo setor competente, com a indicação da unidade orçamentária, programa/atividade, elemento de despesa e demais classificações aplicáveis.

A despesa deverá ser empenhada de acordo com a efetiva natureza do objeto e com a legislação orçamentária vigente, não se admitindo a execução de despesa sem a correspondente cobertura orçamentária.

IX — DA ALTERAÇÃO PRETENDIDA

A alteração contratual pretendida limita-se à **prorrogação da vigência do Contrato nº 029/2026 por mais 06 (seis) meses**.

A vigência atualmente estabelecida encerra-se em **16/09/2026**, passando, com a formalização do aditivo, a vigorar até **16/03/2027**.

Elemento	Situação atual	Após o aditivo
Vigência	16/03/2026 a 16/09/2026	16/09/2026 a 16/03/2027
Período adicional		06 meses
Valor global do novo período		R$ 972.720,00
Preços unitários	Vigentes	Mantidos
Reajuste	Não aplicado neste termo	Não aplicado
Revisão/reequilíbrio	Não aplicado neste termo	Não aplicado
Acréscimo quantitativo	Não	Não
Supressão quantitativa	Não	Não
Objeto	Terceirização de mão de obra	Mantido
Demais condições	Vigentes	Mantidas

A presente renovação, portanto, **não altera o objeto contratado, não modifica os preços unitários, não promove acréscimo ou supressão quantitativa e não introduz nova obrigação material diversa daquela originalmente contratada.**

A previsão de alteração quantitativa existente no Edital, Termo de Referência e contrato permanece juridicamente distinta da presente medida e não será exercida neste termo aditivo.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

Registra-se, ainda, que o novo período de 06 (seis) meses, somado ao período inicialmente contratado, corresponde a apenas 12 (doze) meses de vigência contratual, permanecendo, portanto, dentro do horizonte temporal legal aplicável aos contratos de serviços contínuos, sem prejuízo da observância das demais condições estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

X — DA CONCLUSÃO

Diante dos elementos constantes da presente justificativa, verifica-se a permanência da necessidade administrativa que fundamentou a contratação, a natureza continuada dos serviços de terceirização de mão de obra, a existência de previsão expressa de prorrogação no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual, a concordância da contratada e a regularidade satisfatória da execução contratual.

A prorrogação pretendida também preserva as condições econômicas atualmente praticadas, mantendo-se o valor global de **R$ 972.720,00 para o novo período de 06 (seis) meses**, sem aplicação, neste termo, de reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro e sem qualquer alteração quantitativa do objeto.

Embora não tenha sido realizada nova pesquisa formal de mercado para esta renovação, registra-se que os preços atualmente contratados permanecem abaixo dos parâmetros originalmente utilizados no Termo de Referência, circunstância considerada como elemento histórico de análise, devendo a Administração observar as cautelas necessárias para a demonstração da vantajosidade exigida pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A continuidade do ajuste mostra-se administrativamente compatível com a necessidade de preservação das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, evitando-se a interrupção da mão de obra atualmente utilizada e assegurando-se a continuidade da prestação dos serviços necessários ao funcionamento da Administração.

Assim, **justifica-se a formalização do 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato nº 029/2026**, para prorrogar sua vigência de **16/09/2026 até 16/03/2027**, pelo período de 06 (seis) meses, mantendo-se o valor global de **R$ 972.720,00**, os preços unitários e as demais condições contratuais, condicionada a formalização à comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada, à confirmação da disponibilidade orçamentária e ao cumprimento das demais exigências legais e administrativas pertinentes.

Pastos Bons – MA, 26 de Agosto de 2026

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2025

FOLHAS Nº _____
PROC. Nº AA 007/26
RUBRICA: _____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

Pastos Bons – MA, 27 de Agosto de 2026

Para: Bernardino Rego Neto

Senhor Procurador Municipal de Pastos Bons-MA,

Tendo em vista o iminente encerramento da vigência do contrato em questão e a necessidade de celebrar termo aditivo de prazo do Contrato nº 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA, solicitamos a Vossa Senhoria que emita parecer jurídico sobre a legalidade do justificado e requerido.

Pedimos ainda, que sendo possível, seja elaborada a minuta do termo aditivo.

Sem mais pedimos a maior brevidade possível.

Atenciosamente.

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2025

PARECER JURÍDICO

Assunto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL
Contrato nº 029/2026
Contratada: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, endereçada na AV. DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, 18, Bairro não informado, São Luís, Maranhão, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 17.116.752/0001-15, representada neste ato por Marcio Roberto da Silva Ferreira, CPF nº 751.145.003-25;

OBJETO: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. ADESÃO Nº 001/2026. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. SERVIÇO CONTÍNUO. PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA POR 6 (SEIS) MESES. ART. 6º, XV, DA LEI Nº 14.133/2021. ART. 107. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL PARA PRORROGAÇÃO. NECESSIDADE ADMINISTRATIVA PERMANENTE. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DO VALOR E DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE REAJUSTE, REVISÃO, REEQUILÍBRIO OU REPACTUAÇÃO NO PRESENTE ADITIVO. VANTAJOSIDADE DA MANUTENÇÃO DO AJUSTE. REGULARIDADE DA EXECUÇÃO. CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL. ARTS. 91, § 4º, 92, XVI E XVII, E 117 DA LEI Nº 14.133/2021. CONTRATO DECORRENTE DE ADESÃO A ATA. ART. 86 DA LEI Nº 14.133/2021. DISTINÇÃO ENTRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO E EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. RENOVAÇÃO CONTRATUAL QUE NÃO SE CONFUNDE COM ACRÉSCIMO QUANTITATIVO. FORMALIZAÇÃO ANTES DO TERMO FINAL. PUBLICIDADE NO PNCP. ART. 94. POSSIBILIDADE JURÍDICA DA PRORROGAÇÃO, CONDICIONADA À MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE DOCUMENTAL E AO ATESTE FORMAL DA VANTAJOSIDADE PELA AUTORIDADE COMPETENTE. PARECER FAVORÁVEL.

I — RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Procuradoria Jurídica Municipal o Processo Administrativo nº 2026006/2026, instaurado para análise da possibilidade de formalização do 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato Administrativo nº 029/2026, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA, inscrito no CNPJ nº 11.885.239/0001-02, e o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, inscrito no CNPJ nº 17.116.752/0001-15.

O contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em terceirização de mão de obra para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA, tendo sua contratação originária sido realizada mediante Adesão nº 001/2026, sob o regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021.

A vigência original do Contrato nº 029/2026 compreende o período de 16 de março de 2026 a 16 de setembro de 2026. Pretende-se, mediante o primeiro termo aditivo, prorrogar sua vigência pelo período de 16 de setembro de 2026 a 16 de março de 2027, totalizando novo ciclo de 6 (seis) meses.

O valor global correspondente ao novo período foi informado em R$ 972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais), tendo sido expressamente confirmado que esse montante corresponde integralmente ao novo período de 6 (seis) meses.

Também foi informado que o Edital, Termo de Referência e instrumento contratual contêm previsão expressa de renovação ou prorrogação da contratação, que o serviço possui natureza contínua, que a contratada concorda com a continuidade do ajuste e que não haverá solução de continuidade entre os períodos contratuais.

A Administração informou, ainda, que os valores e condições econômicas permanecerão inalterados no novo período, sem reajuste, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação incorporados ao presente termo aditivo.

Foi igualmente informado que a execução contratual vem ocorrendo de forma regular e satisfatória, inexistindo ocorrências capazes de desaconselhar a continuidade do vínculo, bem como que a empresa contratada mantém as condições de habilitação exigidas.

O presente parecer é emitido em 02 de setembro de 2026, anteriormente ao encerramento da vigência originária e anteriormente à data prevista para início do novo período contratual.

É o relatório.

II — DA COMPETÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem por finalidade exercer o controle prévio de juridicidade sobre a pretendida renovação contratual, examinando a existência de fundamento legal, a adequação do instituto utilizado, a regularidade temporal, a previsão contratual, a manutenção das condições de habilitação, a vantajosidade da continuidade, a necessidade administrativa e as demais condições jurídicas necessárias à formalização do termo aditivo.

A Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar o controle prévio de legalidade, estabelece em seu art. 53 que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório deve ser submetido ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade. O § 4º do mesmo dispositivo estende expressamente essa atuação a diversas hipóteses, inclusive:

> "[...] adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos."

Assim, a apreciação jurídica do presente termo aditivo encontra respaldo direto na legislação, especialmente por se tratar de contratação originariamente formada mediante adesão e, agora, submetida à análise de seu primeiro instrumento de renovação.

A atuação desta Procuradoria, contudo, não substitui a competência dos setores responsáveis pela gestão, fiscalização, contabilidade, administração financeira e acompanhamento trabalhista do contrato. A manifestação jurídica limita-se ao exame dos pressupostos de juridicidade, cabendo às unidades competentes a certificação dos fatos, quantitativos, execução material, disponibilidade orçamentária e regularidade dos documentos apresentados.

III — DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL

O Contrato Administrativo nº 029/2026 encontra-se submetido à Lei Federal nº 14.133/2021, razão pela qual a renovação deve ser analisada à luz das disposições referentes à duração dos contratos, aos serviços contínuos, à manutenção das condições de habilitação, à fiscalização e à prorrogação contratual.

A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, estabelece que:

> "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]."

A renovação de contrato administrativo, portanto, não constitui ato meramente discricionário e desvinculado da juridicidade. A Administração somente pode prolongar uma relação contratual quando demonstrados os pressupostos legais, a permanência da necessidade pública e a vantagem da manutenção do vínculo.

A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, determina em seu art. 5º a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, motivação, vinculação ao edital, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, entre outros.

IV — DA NATUREZA CONTÍNUA DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

A primeira questão jurídica consiste em verificar se o objeto contratual admite prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

O art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 define:

> "serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"

A contratação de mão de obra terceirizada destinada ao atendimento permanente das necessidades de uma Secretaria Municipal de Saúde enquadra-se, em princípio, na categoria legal dos serviços contínuos quando a prestação se destina a satisfazer necessidade administrativa permanente ou prolongada.

A continuidade, nesse contexto, não decorre simplesmente da duração temporal do contrato, mas da própria natureza da necessidade administrativa que se pretende satisfazer. Se a Administração necessita continuamente dos serviços terceirizados para manter suas atividades ordinárias de saúde, a interrupção abrupta da prestação pode comprometer a regularidade operacional da Administração.

No caso concreto, foi expressamente confirmado que o objeto possui natureza contínua e que permanece a necessidade administrativa que fundamentou a contratação.

Encontra-se, portanto, satisfeito o primeiro pressuposto material para aplicação do art. 107.

V — DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS

O fundamento jurídico central da pretendida renovação encontra-se no art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

> "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente

ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

A disposição legal estabelece pressupostos objetivos para a prorrogação: natureza contínua do serviço; previsão anterior da possibilidade de prorrogação; respeito ao limite máximo de vigência; e ateste da autoridade competente quanto à permanência da vantagem das condições e dos preços.

No presente caso, foi confirmado que o instrumento originário prevê expressamente a possibilidade de renovação, circunstância que afasta eventual impedimento decorrente da inexistência de autorização prévia.

Também se trata do primeiro termo aditivo, de modo que o novo período de seis meses permanece amplamente dentro do limite máximo decenal estabelecido pelo art. 107.

A prorrogação pretendida, portanto, encontra fundamento legal direto.

VI — DA DISTINÇÃO ENTRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO E ADITIVO DE QUANTITATIVO

Consta da documentação administrativa referência à previsão de "aditivo de quantitativo".

É necessário, juridicamente, distinguir os institutos.

A presente manifestação não está examinando acréscimo quantitativo extraordinário do objeto, mas prorrogação da vigência de contrato de serviço contínuo, com manutenção do valor correspondente ao novo ciclo de seis meses.

O fundamento jurídico principal, portanto, é o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e não o regime de alterações quantitativas previsto para modificações do objeto.

A renovação por novo período não deve ser artificialmente qualificada como acréscimo quantitativo, pois o que se pretende é a continuidade da prestação durante nova vigência contratual.

Essa distinção é particularmente importante em contratos de terceirização, nos quais a remuneração normalmente decorre da disponibilização continuada dos postos e da prestação dos serviços ao longo do período contratado.

VII — DA VIGÊNCIA, DA TEMPESTIVIDADE E DA AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE

A vigência original do contrato compreende 16 de março de 2026 a 16 de setembro de 2026.

A nova vigência pretendida compreende 16 de setembro de 2026 a 16 de março de 2027.

O presente parecer é emitido em 02 de setembro de 2026, portanto antes do término da vigência original.

Foi igualmente confirmado que não haverá interrupção da prestação dos serviços.

A formalização anterior ao termo final é juridicamente relevante porque a prorrogação pressupõe a existência de vínculo contratual vigente. Não se deve admitir que um contrato extinto pelo decurso de seu prazo seja posteriormente reconstituído por instrumento aditivo.

Nesse sentido, a Orientação Normativa AGU nº 91/2024 orienta a análise jurídica das prorrogações realizadas com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexistência de término da vigência e de solução de continuidade.

No caso concreto, o novo período inicia-se exatamente em 16 de setembro de 2026, data subsequente ao encerramento do período original, sem intervalo material de descontinuidade.

VIII — DA DURAÇÃO E DA VIGÊNCIA PLURIANUAL

O art. 105 da Lei nº 14.133/2021 estabelece:

> "A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro."

A regra demonstra que a vigência contratual não se confunde com o exercício financeiro. Um contrato de serviço contínuo pode ultrapassar o encerramento do exercício, desde que a Administração observe a existência dos créditos correspondentes em cada período.

A Orientação Normativa AGU nº 90/2024 igualmente reconhece que a vigência dos contratos de serviços contínuos não está necessariamente limitada ao exercício financeiro, exigindo-se, contudo, o ateste da existência dos créditos orçamentários vinculados à contratação e da vantagem em sua manutenção.

Como o novo período se estende de setembro de 2026 a março de 2027, deverá ser observada a disponibilidade orçamentária correspondente ao exercício de 2027 antes da execução das despesas respectivas.

IX — DA VANTAJOSIDADE DA RENOVAÇÃO

A vantajosidade constitui requisito essencial e expresso do art. 107.

Não basta demonstrar que o serviço continua necessário. É necessário que a Administração conclua, motivadamente, que a manutenção do contrato permanece vantajosa.

No caso concreto, foram confirmados os seguintes elementos: manutenção das condições econômicas; manutenção dos valores contratados; inexistência de reajuste, revisão ou reequilíbrio no presente aditivo; execução regular e satisfatória; permanência da necessidade administrativa; concordância da contratada; e manutenção das condições de habilitação.

A conjugação desses elementos permite fundamentar a continuidade contratual, especialmente porque a Administração preserva relação jurídica já em execução, com prestador que vem cumprindo regularmente as obrigações assumidas, evitando a interrupção de serviço necessário ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde.

A vantajosidade, contudo, deverá ser formalmente atestada pela autoridade competente, conforme expressamente exige o art. 107.

X — DA AUSÊNCIA DE NOVA PESQUISA FORMAL DE PREÇOS

Foi confirmado que não será realizada nova pesquisa formal de preços para a presente renovação.

Essa circunstância não significa, por si só, que a Administração esteja dispensada de demonstrar a vantagem econômica. O dever legal permanece.

A Lei nº 14.133/2021 exige que a autoridade competente ateste que "as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração".

Assim, a ausência de nova pesquisa formal deve ser acompanhada de motivação suficiente para demonstrar a permanência da vantagem.

No presente caso, a manutenção das condições econômicas, a ausência de reajuste, revisão, reequilíbrio ou repactuação no presente termo e a execução satisfatória constituem elementos relevantes para essa análise.

Em contratos de terceirização de mão de obra, contudo, a avaliação econômica deve ser ainda mais cuidadosa, pois a estrutura de custos pode sofrer alterações decorrentes de legislação trabalhista, convenções coletivas, encargos sociais e demais componentes de formação do preço.

Por essa razão, a manutenção do preço nominal não deve ser tratada isoladamente como prova absoluta de vantajosidade. O processo deve conter o ateste motivado da autoridade competente e os documentos necessários à demonstração de que o valor contratado continua compatível com as obrigações assumidas e com a realidade econômica da contratação.

XI — DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E DA REPACTUAÇÃO

A natureza do objeto exige atenção especial ao regime de atualização dos preços.

O art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021 exige que o contrato estabeleça:

> "o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços [...]"

A própria Lei nº 14.133/2021 diferencia o reajustamento em sentido estrito da repactuação.

Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a lei admite a repactuação mediante demonstração analítica da variação dos custos.

O art. 135 estabelece, em sua disciplina própria, que a repactuação deve observar a demonstração analítica da variação dos custos e as condições previstas na contratação.

No caso em exame, foi expressamente informado que não haverá repactuação no presente Termo Aditivo.

Essa informação significa que o valor do novo período será mantido nas condições econômicas atuais, sem alteração decorrente de pedido de repactuação.

Isso não implica renúncia antecipada e genérica a eventual direito legalmente constituído que possa ser posteriormente demonstrado pela contratada, caso presentes os pressupostos legais e contratuais. Eventual pedido de repactuação deverá ser submetido a procedimento próprio, com demonstração analítica dos custos e observância da legislação aplicável.

Para o presente aditivo, entretanto, o valor permanece inalterado.

XII — DA REGULARIDADE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A prorrogação de contrato contínuo pressupõe que o contratado tenha executado adequadamente as obrigações assumidas.

Foi confirmado que o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR vem executando regularmente os serviços contratados, não havendo ocorrências capazes de desaconselhar a continuidade.

Para integrar a instrução administrativa, a manifestação do gestor deverá atestar, em consonância com os registros efetivamente existentes:

> "O Gestor do Contrato Administrativo nº 029/2026 atesta que a execução contratual durante o período de 16 de março de 2026 a 16 de setembro de 2026 vem ocorrendo de forma regular e satisfatória, tendo a empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR cumprido as obrigações assumidas no instrumento contratual, mantendo a prestação dos serviços de terceirização de mão de obra de acordo com as condições estabelecidas. Não foram identificadas ocorrências relevantes, inadimplementos contratuais ou circunstâncias capazes de desaconselhar a continuidade do vínculo, permanecendo a necessidade administrativa que fundamentou a contratação."

Por se tratar de terceirização de mão de obra, a fiscalização deverá permanecer especialmente atenta ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e demais encargos decorrentes da execução contratual, na medida em que previstos no instrumento e na legislação aplicável.

XIII — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O art. 117 da Lei nº 14.133/2021 determina:

> "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição."

A fiscalização assume especial relevância em contratos de terceirização porque o objeto é executado mediante disponibilização de força de trabalho em favor da Administração.

A Administração deve manter acompanhamento permanente da efetiva prestação dos serviços, observando frequência, postos, quantitativos, qualidade, cumprimento das obrigações contratuais e demais condições previstas no instrumento.

A fiscalização também deve registrar as ocorrências relevantes e adotar as providências necessárias quando constatadas irregularidades.

A regularidade da execução informada no presente processo deve estar respaldada pelos documentos produzidos durante a fiscalização.

XIV — DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 determina, no art. 92, XVI:

> "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;"

Não se confunde, portanto, a prorrogação do contrato administrativo com eventual prorrogação da ata de registro de preços que lhe tenha dado origem.

No presente processo, o instituto submetido à análise é a renovação do Contrato nº 029/2026, pelo período de 16 de setembro de 2026 a 16 de março de 2027, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

XVII — DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO ADITIVO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece em seu art. 91:

> "Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

O instrumento deverá identificar expressamente o Contrato nº 029/2026, o Processo Administrativo nº 2026006/2026, a nova vigência, o valor correspondente ao novo período e as demais condições preservadas.

Também deverá ser expressamente consignado que as cláusulas não modificadas permanecem inalteradas.

A formalização deverá ocorrer dentro da vigência do contrato originário, evitando qualquer solução de continuidade.

XVIII — DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO ADITAMENTO

O art. 94 da Lei nº 14.133/2021 dispõe:

> "A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos [...]"

Tratando-se de contrato decorrente de licitação ou procedimento equivalente submetido à publicidade legal, deverá ser observado o prazo aplicável à divulgação do termo aditivo no PNCP.

A providência deverá ser comprovada e incorporada aos autos, sem prejuízo das demais formas de transparência exigidas pela legislação municipal.

XIX — DA SUBSUNÇÃO DOS FATOS AOS REQUISITOS DO ART. 107

Aplicando-se os requisitos do art. 107 ao caso concreto, verifica-se, inicialmente, que o objeto possui natureza de serviço contínuo, pois consiste em terceirização de mão de obra destinada ao atendimento de necessidade permanente da Secretaria Municipal de Saúde.

Em segundo lugar, foi confirmada a existência de previsão expressa de renovação no instrumento originário, satisfazendo requisito indispensável à prorrogação.

Em terceiro lugar, a renovação será formalizada antes do encerramento da vigência original, que somente termina em 16 de setembro de 2026, inexistindo solução de continuidade.

Em quarto lugar, foi confirmada a regularidade da execução contratual, sem ocorrências capazes de desaconselhar a continuidade.

Em quinto lugar, a contratada manifestou concordância com a renovação.

Em sexto lugar, foi confirmado que a empresa mantém as condições de habilitação, sem prejuízo da necessária conferência documental prevista no art. 91, § 4º.

Em sétimo lugar, foi informado que o valor correspondente ao novo período de seis meses permanecerá em R$972.720,00, sem reajuste, revisão, reequilíbrio ou repactuação incorporados ao presente instrumento.

Finalmente, existem elementos administrativos para fundamentar a manutenção da contratação, devendo a autoridade competente formalizar o indispensável ateste de vantajosidade, conforme determina o art. 107.

XX — CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, considerando o art. 37, caput, da Constituição Federal, os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os arts. 6º, XV, 53, § 4º, 86, 91, caput e § 4º, 92, V, XVI e XVII, 94, 105, 106, 107, 117 e 135 da Lei nº 14.133/2021, esta Procuradoria Jurídica OPINA FAVORAVELMENTE À FORMALIZAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026.

A renovação deverá compreender o período de 16 de setembro de 2026 a 16 de março de 2027, correspondente a 6 (seis) meses, mantendo-se o valor global de R$ 972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais) para o novo período.

A continuidade encontra fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço contínuo, existe previsão expressa de prorrogação, a necessidade administrativa permanece, a execução contratual foi informada como regular e satisfatória, a contratada concorda com a renovação e o novo período será formalizado sem solução de continuidade.

O presente termo aditivo não representa acréscimo quantitativo extraordinário, mas prorrogação da vigência de contrato de serviço contínuo, com manutenção das condições econômicas correspondentes ao novo ciclo de seis meses.

Foi informado que não haverá reajuste, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação incorporados ao presente aditivo. Eventual direito superveniente de repactuação ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, caso juridicamente cabível e devidamente comprovado, deverá ser objeto de procedimento próprio, não se confundindo com a presente renovação.

A Administração deverá manter nos autos a manifestação do gestor/fiscal do contrato, atestando a regularidade da execução, o cumprimento das obrigações assumidas e a inexistência de ocorrências capazes de desaconselhar a continuidade da contratação.

Deverão igualmente permanecer nos autos as comprovações relativas à manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e demais consultas determinadas pelo art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, além da comprovação da regularidade da fiscalização contratual.

A autoridade competente deverá formalizar expressamente o ateste de vantajosidade exigido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021, considerando o conjunto de elementos constantes do processo e não apenas a manutenção nominal do valor.

Por se tratar de terceirização de mão de obra, a fiscalização deverá permanecer especialmente atenta ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas no contrato e na legislação aplicável, bem como à efetiva prestação dos serviços e ao cumprimento dos postos e condições contratualmente estabelecidos.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

A circunstância de a contratação originária decorrer de Adesão nº 001/2026 não impede, por si só, a análise da prorrogação do contrato, devendo-se distinguir a vigência do contrato administrativo da vigência da eventual ata de registro de preços que lhe tenha dado origem.

O Termo Aditivo deverá ser formalizado por escrito e juntado ao Processo Administrativo nº 2026006/2026, nos termos do art. 91 da Lei nº 14.133/2021, e posteriormente submetido às providências de publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observando-se o art. 94 da mesma Lei.

Deverá, ainda, ser observada a disponibilidade dos créditos orçamentários correspondentes ao período de execução, inclusive quanto ao exercício financeiro de 2027, conforme os arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, não se identifica óbice jurídico à formalização do 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato nº 029/2026, desde que a instrução administrativa permaneça acompanhada das comprovações documentais pertinentes e que a autoridade competente formalize o ateste de vantajosidade econômica exigido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A presente manifestação possui natureza opinativa e preventiva, limitando-se ao controle de juridicidade do procedimento, sem substituir as atribuições técnicas, administrativas, contábeis, financeiras e de fiscalização próprias dos agentes competentes.

É nosso parecer, salvo melhor entendimento.
Pastos Bons – MA, 2 de Setembro de 2026

Bernardino Rego Neto
Procurador Municipal de Pastos Bons-MA
OAB/MA Nº 13.551

FOLHAS Nº _____
PROC. Nº AR 001/26
RUBRICA: _____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

PREFEITURA DE PASTOS BONS

AUTORIZAÇÃO DE ADITAMENTO

Assunto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL
Contrato nº 029/2026

Contratada: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, endereçada na AV. DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, 18, Bairro não informado, São Luís, Maranhão, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 17.116.752/0001-15, representada neste ato por Marcio Roberto da Silva Ferreira, CPF nº 751.145.003-25;

OBJETO: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA.

Considerando a justificativa constante dos autos e a emissão de parecer jurídico favorável ao aditivo de renovação contratual.

Considerando ainda, que concordamos e entendemos ser possível e legal o aditivo em conformidade com a lei, **AUTORIZAMOS** o aditamento contratual.

Formalize-se o termo de aditamento e promova-se as publicações necessárias para que o ato possa produzir todos os efeitos previsto em lei.

Pastos Bons – MA, 2 de Setembro de 2026

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2025

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Adesão Nº 001/2026
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026006/2026

OBJETO CONTRATUAL
1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA

VALOR CONTRATUAL
R$ 972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 16 de Setembro de 2026
FINAL: 16 de Março de 2027

DADOS DO CONTRATANTE
Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02
Av Domingos Sertão, sn, Centro, Pastos Bons, Maranhão.
Vera Lúcia Ferreira Costa Mota, CPF nº 322.335.403-44

DADOS DO CONTRATADO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15
AV. DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, 18, Bairro não informado, São Luís, Maranhão
institutoreconstruir@hotmail.com, (98) 99172-0919,
Marcio Roberto da Silva Ferreira, CPF nº 751.145.003-25

PREÂMBULO

Aos 3 de Setembro de 2026, a Prefeitura Municipal de Pastos Bons – MA, através da Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 11.885.239/0001-02, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Vigência e Valor Contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 029/2026 por mais **12 (doze) meses**, a partir de 16/09/2026 até 16/03/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor R$ 972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais), conforme descrito no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	Serviço	Horas	36.000	R$ 18,35	R$ 660.600,00
2	Apoio Hospitalar	Serviço	Horas	18.000	R$ 17,34	R$ 312.120,00
Valor Total						**R$ 972.720,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

3.1 – As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Pastos Bons deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO: 10.122.0090.2028.0000 MANUT E FUNC DO FMS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
UNIDADE: 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO: 10.302.0091.2040.0000 MANUT DAS ATIVIDADES HOSPITALARES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO: 10.301.0095.2033.0000 MANUT ATIV BASICAS DE SAUDE
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 – Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Pastos Bons – MA, 3 de Setembro de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Vera Lúcia Ferreira Costa Mota
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2025

PELA CONTRATADA

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA:75114500325
Assinado de forma digital por MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA:75114500325 Dados: 2026.09.03 15:10:03 -03'00'

Marcio Roberto da Silva Ferreira
CPF nº 751.145.003-25
Contratada

FOLHAS Nº _____
PROC. Nº AR 001/26
RUBRICA: _____

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026, assinado em 03/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2026006/2026. Modalidade: Adesão nº 001/2026. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15. Valor Global: R$972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais). Vigência Inicial: 16 de Setembro de 2026. Vigência Final: 16 de Março de 2027. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretaria Municipal de Saúde. Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026.

Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
VOL. V - Nº 01451 / 2026
ISSN – 2965 - 0979
QUINTA – 03 DE SETEMBRO DE 2026
EXECUTIVO

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 236/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2024057/2024 1
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 237/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2024057/2024 1
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 238/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2024057/2024 1
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 239/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2024057/2024 1
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 240/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2024057/2024 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 133/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025050/2025 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026006/2026 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026006/2026 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026006/2026 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026006/2026 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 146/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025054/2025 2
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 335/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2010.2803.05/2023 2
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 333/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2010.2803.05/2023 2
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 336/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2010.2803.05/2023 2
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025028/2025 3
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 341/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2010.2803.05/2023 3
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 108/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025019/2025 3
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 109/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025019/2025 3
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 110/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025019/2025 3
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 111/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2025019/2025 3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PORTARIA Nº 216/2026 3

TERCEIROS

SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

SEM ATOS A PUBLICAR NESTA DATA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 236/2024, assinado em 01/09/2026. Objeto: 2º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 236/2024 que objetiva o fornecimento parcelado de materiais de limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Educação (QSE)de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2024057/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: CSS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.521.364/0001-00. Valor Global: R$454.585,67 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos). Vigência Inicial: 2 de Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 1 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 237/2024, assinado em 01/09/2026. Objeto: 2º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 237/2024, que objetiva a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Saúde (Atenção Básica) do Município de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2024057/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: CSS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.521.364/0001-00. Valor Global: R301.045,87 (trezentos e um mil, quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos). Vigência Inicial: 2 de Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretaria Municipal de Saúde. Pastos Bons - MA, 1 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 238/2024, assinado em 01/09/2026. Objeto: 2º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 238/2024, que objetiva a Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Educação (fundeb) do Município de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2024057/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação Básica, CNPJ nº 49.783.130/0001-37, CONTRATADO: CSS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.521.364/0001-00. Valor Global: R$282.452,40 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). Vigência Inicial: 2 de Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 1 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 239/2024, assinado em 01/09/2026. Objeto: 2º Termo de Aditivo do Contrato nº 239/2024 que objetiva a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Administração do Município de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2024057/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75, CONTRATADO: CSS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.521.364/0001-00. Valor Global: R$368.490,72 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e dois centavos). Vigência Inicial: 2 de

Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. José Burnett Pereira da Silva - Secretario de Administração. Pastos Bons - MA, 1 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 240/2024, assinado em 01/09/2026. Objeto: 2º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 240/2024, que objetiva a Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2024057/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 16.810.659/0001-43, CONTRATADO: CSS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.521.364/0001-00. Valor Global: R$108.021,04 (cento e oito mil, vinte e um reais e quatro centavos). Vigência Inicial: 2 de Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. Marcia Barbalho Teixeira Rêgo - Secretária Munic. Ass. Social. Pastos Bons - MA, 21 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 133/2025, assinado em 03/08/2026. Objeto: 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO 133/2025 QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PIROTÉCNICOS, PARA O MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA. Processo Administrativo nº 2025050/2025. Modalidade: Dispensa sem Disputa nº 006/2025. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75, CONTRATADO: ARAUJO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 14.783.698/0001-73. Valor Global: R$ 62.180,00 (sessenta e dois mil e cento e oitenta reais). Vigência Inicial: 4 de Agosto de 2026. Vigência Final: 4 de Agosto de 2027. José Burnett Pereira da Silva - Secretário de Administração. Pastos Bons - MA, 3 de Agosto de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2026, assinado em 03/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 028/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2026006/2026. Modalidade: Adesão nº 001/2026. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75, CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15. Valor Global: R$1.620.240,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil e duzentos e quarenta reais). Vigência Inicial: 16 de Setembro de 2026. Vigência Final: 16 de Março de 2027. José Burnett Pereira da Silva - Secretário de Administração. Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2026, assinado em 03/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 027/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2026006/2026. Modalidade: Adesão nº 001/2026. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15. Valor Global: R$1.600.620,00 (um milhão, seiscentos mil e seiscentos e vinte reais). Vigência Inicial: 16 de Setembro de 2026. Vigência Final: 16 de Março de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2026, assinado em 03/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 026/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2026006/2026. Modalidade: Adesão nº 001/2026. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15. Valor Global: R$ 2.071.350,00 (dois milhões, setenta e um mil e trezentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 16 de Setembro de 2026. Vigência Final: 16 de Março de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026, assinado em 03/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 029/2026 que objetiva a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Terceirização de mão de obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2026006/2026. Modalidade: Adesão nº 001/2026. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, CNPJ nº 17.116.752/0001-15. Valor Global: R$972.720,00 (novecentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte reais). Vigência Inicial: 16 de Setembro de 2026. Vigência Final: 16 de Março de 2027. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretaria Municipal de Saúde. Pastos Bons - MA, 3 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 146/2025, assinado em 02/09/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 146/2025 que objetiva a Locação de imóvel, anexo à Unidade Escolar Enoque Ferreira Mota, destinado ao funcionamento de atividades complementares, localizado no Município de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2025054/2025. Modalidade: Inexigibilidade nº 011/2025. Base Legal: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: ASSOCIACAO DO MOVIMENTO AGRICOLA E POPULAR, CNPJ nº 00.427.297/0001-76. Valor Global: R$ 18.216,00 (dezoito mil e duzentos e dezesseis reais). Vigência Inicial: 2 de Setembro de 2026. Vigência Final: 2 de Setembro de 2027. Antônia Katia Coelho de Sousa Pacheco - Fiscal de Contratos. Pastos Bons - MA, 2 de Setembro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 335/2023, assinado em 30/07/2026. Objeto: 3º Termo Aditivo de Prazo de Prazo do Contrato 335/2023 que objetiva a contratação de empresa para a Construção de uma Escola de 13 Salas no Bairro Poeirão, no município de Pastos Bons/MA, RECURSO: FNDE, Termo de Compromisso nº 202141706-1. Processo Administrativo nº 2010.2803.05/2023. Modalidade: Concorrência - Presencial nº 01/2023. Base Legal: Lei nº 8.666/1993. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: PADRAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 00.394.772/0001-55. Vigência Inicial: 1 de Agosto de 2026. Vigência Final: 1 de Agosto de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 30 de Julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 333/2023, assinado em 30/07/2026. Objeto: 3º Termo Aditivo de Prazo do Contrato 333/2023 que objetiva a Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção de uma Escola de 5 Salas no Povoado Lagoa do Boi, Zona Rural do município de Pastos Bons/MA, RECURSOS: FNDE Termo de Compromisso nº 202143712-1. Processo Administrativo nº 2010.2803.05/2023. Modalidade: Concorrência - Presencial nº 001/2023. BASE LEGAL: Lei 8.666/1993. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: L M ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 27.351.940/0001-81. Vigência Inicial: 1 de Agosto de 2026. Vigência Final: 1 de Agosto de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretária de Educação. Pastos Bons - MA, 30 de Julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 336/2023, assinado em 03/08/2026. Objeto: 4º Aditivo de Prazo do Contrato 336/2023 que objetiva a Contratação de empresa para a Construção de uma Escola de 9 Salas no Povoado Mosquito, zona Rural do município de Pastos Bons/MA, RECURSOS; FNDE Termo de Compromisso nº 202143128-1. Processo Administrativo nº 2010.2803.05/2023. Modalidade: Concorrência - Presencial nº 001/2023. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/1993. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: INOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 22.057.852/0001-58. Vigência Inicial: 5 de Agosto de 2026. Vigência Final: 5 de Agosto de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 3 de Agosto de 2026.

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AR 061/26
RUBRICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025. Processo Administrativo nº 2025028/2025. Concorrência Eletrônica nº 007/2025. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75. Detentora da Ata: Engnorte Empreendimentos e Serviços Ltda, CNPJ nº 36.415.342/0001-10. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da ARP nº 032/2025 por mais 1 (um) ano, de 23/06/2026 a 23/06/2027, abrangendo apenas o saldo remanescente dos itens registrados para serviços de pavimentação em blocos de concreto sextavado no município de Pastos Bons/MA. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata originária. Signatários: José Burnett Pereira da Silva, Pela Gerenciadora, e Lucas Milhomem de Sá, Pela Contratada. Pastos Bons - MA, 23 de julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 341/2023, assinado em 07/08/2026. Objeto: 3º Termo Aditivo de Prazo do Contrato 341/2023 que objetiva a contratação de empresa para a Construção de uma Escola de 13 Salas no Bairro Santa Maria, no município de Pastos Bons/MA, Recurso: Convênio FNDE, Termo de Compromisso nº 202141705-1. Processo Administrativo nº 2010.2803.05/2023. Modalidade: Concorrência - Presencial nº 341/2023. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/1993. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 09.654.059/0001-78. Vigência Inicial: 10 de Agosto de 2026. Vigência Final: 10 de Agosto de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 7 de Agosto de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 108/2025, assinado em 01/07/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 108/2025 que objetiva a Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2025019/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2025. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 05.277.173/0001-75, CONTRATADO: CASA NOVA LTDA, CNPJ nº 30.355.199/0001-31. Valor Global: R$ 278.246,81 (duzentos e setenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos). Vigência Inicial: 3 de Julho de 2026. Vigência Final: 3 de Julho de 2027. José Burnett Pereira da Silva - Secretário de Administração. Pastos Bons - MA, 1 de Julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 109/2025, assinado em 01/07/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 109/2025 que objetiva a Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2025019/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2025. BASE LEGA: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.885.239/0001-02, CONTRATADO: CASA NOVA LTDA, CNPJ nº 30.355.199/0001-31. Valor Global: R$379.455,69 (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Vigência Inicial: 3 de Julho de 2026. Vigência Final: 3 de Julho de 2027. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota - Secretária Municipal de Saúde. Pastos Bons - MA, 1 de Julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 110/2025, assinado em 01/07/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 110/2025 que objetiva a Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2025019/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2025. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.080.638/0001-66, CONTRATADO: CASA NOVA LTDA, CNPJ nº 30.355.199/0001-31. Valor Global: R$217.218,91 (duzentos e dezessete mil, duzentos e dezoito reais e noventa e um centavos). Vigência Inicial: 3 de Julho de 2026. Vigência Final: 3 de Julho de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 1 de Julho de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 111/2025, assinado em 01/07/2026. Objeto: 1º Termo Aditivo de Renovação do Contrato 111/2025 que objetiva a Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (FUNDEB) de Pastos Bons/MA. Processo Administrativo nº 2025019/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2025. BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação Básica, CNPJ nº 49.783.130/0001-37, CONTRATADO: CASA NOVA LTDA, CNPJ nº 30.355.199/0001-31. Valor Global: R$213.997,85 (duzentos e treze mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos). Vigência Inicial: 3 de Julho de 2026. Vigência Final: 3 de Julho de 2027. Valbea Pereira da Silva Sousa - Secretaria de Educação. Pastos Bons - MA, 1 de Julho de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PORTARIA

PORTARIA Nº 216/2026 – SEMED Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Pastos Bons–MA e dá outras providências. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASTOS BONS – MA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças da rede municipal de ensino; CONSIDERANDO a importância da implementação de uma política municipal de alfabetização articulada às políticas educacionais estadual e nacional; CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Governo Federal; CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Município para a garantia da alfabetização das crianças; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados de alfabetização da rede municipal; RESOLVE: Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Pastos Bons–MA, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, com a finalidade de planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações da política municipal de alfabetização. Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal terá como finalidade promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação e demais instituições parceiras, visando à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada. Art. 3º São atribuições do Comitê Estratégico Municipal: I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização; II – alinhar as ações municipais às diretrizes da política estadual de alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; III – analisar indicadores de alfabetização e os resultados das avaliações internas e externas; IV – propor estratégias para melhoria dos níveis de aprendizagem dos estudantes; V – acompanhar as metas e indicadores estabelecidos para a alfabetização no município; VI – promover ações de formação continuada para gestores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores; VII – apoiar as unidades escolares na elaboração e execução de estratégias de recomposição e fortalecimento das aprendizagens; VIII – acompanhar estudantes com dificuldades de aprendizagem, propondo estratégias de intervenção pedagógica; IX – promover a articulação entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, especialmente no processo de transição para a alfabetização; X – elaborar relatórios periódicos sobre o desenvolvimento da política municipal de alfabetização; XI – propor ações, projetos e programas que contribuam para a melhoria dos indicadores educacionais do município; XII – acompanhar a execução das ações previstas no planejamento municipal de alfabetização. Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes segmentos/ representantes: I – Débora do Socorro Cruz da Silva Barros – Representante da Secretaria Municipal de Educação; II – Jéssica Verdênia Rêgo de Sena – Representante do eixo de Alfabetização; III – Keila Fernandes do Prado Martins - Representante dos gestores escolares; IV – Juciléia do Nascimento Lima Ferreira - Representante dos professores alfabetizadores; V – Joselice Alves Barros Oliveira - Representante da Educação Infantil; VI – Maria Carlese Camapum - Representantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação. Art. 6º As reuniões e deliberações do Comitê deverão ser registradas em atas ,acompanhadas, quando necessário, de relatórios, planos de ação, registros de monitoramento e demais documentos comprobatórios. Art. 7º O Comitê Estratégico Municipal deverá elaborar, anualmente, um Plano de Trabalho da Política Municipal de Alfabetização, contendo objetivos, ações, responsáveis, cronograma, indicadores e metas. Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar as condições necessárias para o funcionamento do Comitê e para o desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização. Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação. Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos 03 dias do mês de setembro de 2026. VALBEA PEREIRA DA SILVA SOUSA Secretária Municipal de Educação

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 002/26
RUBRICA

PREFEITURA DE PASTOS BONS
Uma cidade para todos

ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal

www.pastosbons.ma.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS - MA
Avenida Domingos Sertão, 1000, São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons – MA
Contato: (99) 98445-7122

www.dom.pastosbons.ma.gov.br

MUNICIPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PASTOS BONS:05277173000175
Dados: 2026.09.03 20:25:33 -03'00'

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA

CERTIFICADO
10202600921098211

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2026

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF/CNPJ	NÚMERO DE CONTROLE
84248002	17.116.752/0001-15	92120263578213

RAZÃO SOCIAL

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

NOME FANTASIA

INSTITUTO RECONSTRUIR

LOCALIZAÇÃO **INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA**

AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SALA:16 PAVIMENTO - TI EDIF FECOMERCIO 18, CALHAU SALA 16 Nº

CNAE Principal e Secundários

943080000 - ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
016109900 - ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
031240400 - ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA DOCE
880060000 - SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
949360000 - ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS LIGADAS A CULTURA E A ARTE

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2026

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

C512AAEE555B93FBB818F6CED0A1B4CC

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AP 007/26
RUBRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
17.116.752/0001-15 MATRIZ		20/06/2012

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO RECONSTRUIR	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
03.12-4-04 - Atividades de apoio à pesca em água doce
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional
86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SALA:16 PAVIMENTO - TI	18	EDIF FECOMERCIO SALA 16

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.071-380	CALHAU	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTORECONSTRUIR@HOTMAIL.COM	(98) 8465-1718

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/09/2026** às **14:51:00** (data e hora de Brasília).

FOLHAS. Nº
PROC. Nº 44 0011 26
RUBRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
17.116.752/0001-15 **MATRIZ**		**20/06/2012**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SALA:16 PAVIMENTO - TI	**18**	**EDIF FECOMERCIO SALA 16**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.071-380	**CALHAU**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTORECONSTRUIR@HOTMAIL.COM	**(98) 8465-1718**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/02/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/09/2026** às **14:51:00** (data e hora de Brasília).

FOLHAS Nº
CERTIFICADO
10202600921721 50
PROC. Nº 0
RUBRICA

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00013854272026

Validade: 29/09/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal. #baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 17.116.752/0001-15	**Inscrição Municipal:** 84248002
Razão Social: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
943080000 – ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SALA:16 PAVIMENTO - TI	
Número: 18	**Complemento:** EDIF FECOMERCIO SALA 16
Bairro: CALHAU	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65071380

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **01 de junho de 2026 as 11:38**, sob o código de autenticidade nº **00A2B9EAFC4E5D5244D487B33AA57901**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 002176
RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 171259/26 **Data da** 06/07/2026 13:36:21

CPF/CNPJ 17116752000115 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 04/10/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data 24/08/2026 16:56:02

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 007/26
RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº 067008/26 **Data da** 06/07/2026 13:38:38

CPF/CNPJ CONSULTADO: **17116752000115**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 04/10/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data 24/08/2026 16:58:12

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 007/26
RUBRICA

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.116.752/0001-15

Razão social: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

Endereço: AV DOS HOLANDESES 18 EDIF FECOMERCIO/ CALHAU / SAO LUIS / MA / 65071-380

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/08/2026 a 19/09/2026

Certificação Número: 2026082105022006208409

Informação obtida em 24/08/2026 17:00:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CERTIFICADO
10202600921172152
PROC. Nº AIF 001/26
RUBRICA

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00013854272026

Validade: 29/09/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal. #baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 17.116.752/0001-15	**Inscrição Municipal:** 84248002
Razão Social: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
943080000 – ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, SALA:16 PAVIMENTO - TI	
Número: 18	**Complemento:** EDIF FECOMERCIO SALA 16
Bairro: CALHAU	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65071380

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **01 de junho de 2026 as 11:38**, sob o código de autenticidade nº **00A2B9EAFC4E5D5244D487B33AA57901**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 002/26
RUBRICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:56:00 do dia 09/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/12/2026.
Código de controle da certidão: **8DAB.631C.4665.2020**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 17.116.752/0001-15
Certidão nº: 71845426/2026
Expedição: 24/08/2026, às 16:59:20
Validade: 20/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.116.752/0001-15, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 0064/2026

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que a empresa **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, CNPJ n° 17.116.752/0001-15, com endereço à AV DOS HOLANDESES, Nº 18 - EDIFICIO FECOMERCIO SL 169899 - CALHAU - SÃO LUÍS - MA - CEP: 65071-380 está devidamente registrada neste Conselho Regional sob o n° 01539 de 13/01/2025, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

Nome	Registro	CPF/CNPJ
MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA	6521 - 12/02/2015	751.145.003-25

CERTIFICAMOS, ainda que a referida empresa encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, até 31/12/2026, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador. O referido é VERDADE E DOU FÉ.

Esta certidão é válida até 31/12/2026.

São Luís - MA, 15 de janeiro de 2026.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

http://cra-ma.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/
65af6d07-f47c-41ec-8404-c72da606d875

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE

CERTIDÃO Nº 0065/2026

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que **MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA**, CPF n° 751.145.003-25, está devidamente registrado neste Conselho Regional como **ADMINISTRADOR**, sob o n° **6521**.

Perante a tesouraria encontra-se QUITE com suas obrigações financeira até 31/12/2026.

CERTIFICAMOS, também, que o(a) profissional encontra-se em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais. Não foi punido disciplinarmente neste Conselho Regional até a presente data. O referido É VERDADE E DOU FÉ.

Esta certidão é válida até 31/12/2026.

São Luís - MA, 15 de janeiro de 2026.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

http://cra-ma.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/
7930d3fb-a82a-42f2-842a-0d4a85ab59fe

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 002/26
RUBRICA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 22/07/2026 **Nº da certidão:** 12603133446

Data de validade: 22/09/2026 **Código de Validação:** 79f76d569f

NOME: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

FOLHAS. Nº_____
PROC. Nº AR 007/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 1º - A entidade antes denominado de **INSTITUTO CULTUTAL ESPAÇO ARTE – ICEA**, passar a denominar-se de **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, pessoa jurídica de direito privado, constituída em 17 de outubro de 2012, registrado no cartório Cantuária de Azevedo sob o nº 43.979 e inscrita no CNPJ nº 17.116.752/0001-15, é uma associação privada, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado e que atua em todo o território nacional, pessoa jurídica de direito privado com personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, legalmente constituída e de caráter de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e com seus objetivos e finalidades voltados para à promoção de atividades de relevância pública e social, que se regerá de acordo com as normas estatutárias, sendo regido pelo presente Estatuto, pela Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil, atendendo naquilo que couber, bem como na qualificação do Novo Marco Regulatório e a Constituição Federal, sendo regido no disposto na Lei nº. 13.019/2014, com as suas devidas alterações trazidas pela Lei nº. 13.204/2015 e as atualizações introduzidas pelo Decreto nº 11.948/2024, Lei 9.790/1999, atuando dentro da lei que regulamenta, bem como capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento dos objetos da parceria, poderão se habilitar para chamamentos públicos através de planos de trabalhos inseridos em termos de colaboração, em termo de fomento ou em acordos de cooperação, no território nacional de acordo com a Constituição Federal no intento de garantir a efetivação do direito a todos, a Constituição Federal de 1988 instituiu pontualmente as funções do Estado na sua consecução: no art. 150, art. 196, art. 197 da Constituição Federal de 1988 e pelas leis pertinentes.

Parágrafo primeiro - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** poderá usar no presente Estatuto e em quaisquer outros documentos a denominação simplesmente **INSTITUTO RECONSTRUIR.**

Parágrafo segundo - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** terá tempo de duração indeterminado, tem sua sede e foro na Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edifício Fecomércio, Sala:16 Pavimento, Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís – MA.

Parágrafo terceiro - Os núcleos regionais são instâncias administrativas e operacionais do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** com o objetivo de facilitar a prestação dos serviços específicos no art. 4º e executar projetos, programas e plano de ação aprovado em Assembleia Geral. Por decisão da Diretoria Executiva do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, poderá ser instaladas e encerradas filiais, escritórios, dependências e/ou instalações em qualquer ponto do território nacional ou internacional.

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** tem as finalidades voltados à promoção de atividades de relevância pública e social o que consiste em:

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

I - Promoção da assistência social;
II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
III - promoção da educação;
IV - Promoção da saúde;
V - Promoção da segurança alimentar e nutricional;
VI - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
VII - Promoção do voluntariado;
VIII - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
IX – Experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

X - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
XII - Organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;
XIII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo primeiro - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** atuará também em regime de parceria, para atingir seus objetivos sociais, com pessoas naturais, grupos informais. Entidades do terceiro setor nacionais e interacionais e associações congêneres, empresas privadas e do sistema financeiro nacional e interacional, consulados, embaixadas, governos estaduais, distrital, municipal, federal, consórcios públicos, órgãos e autarquias governamentais.

Parágrafo segundo - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** executará suas atividades por meio de projetos, programas, parcerias, convênios ou planos de ação através do fornecimento de recursos físicos, humanos, financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras instituições e órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo terceiro - No desenvolvimento de suas atividades o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, eficiência, da probidade e da publicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo quarto - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** não se envolverá em questões político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

Art. 3º - Para consecução de suas finalidades O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** tem como objetivo as seguintes atividades:

a) Atividades de associações de defesa de direitos sociais;
b) Atividades de apoio à gestão de saúde;
c) Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (serviços de contratantes de mão-de-obra para a agricultura);
d) Atividades de apoio à pesca em água doce;
e) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
f) Pesquisas de mercado e de opinião pública;
g) Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (assessoria e consultoria em projetos culturais, assessoria e consultoria em esporte, organização de concursos públicos, serviços de promoção em saúde junto a área de recursos humanos de empresas)
h) Locação de mão-de-obra temporária;
i) Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros;
j) Atividades de limpeza não especificadas anteriormente (limpeza e conservação de ruas, logradouros, roçagem e capinagem de ruas, logradouros, esterilização, sanitização e desinfecção de ambientes);
k) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
l) Educação profissional de nível técnico;
m) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
n) Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (curso de culinária, cabeleireiro, marketing digital, treinamento de vigilantes, cursos e ensino, reforço escolar);
o) Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
p) Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (atividades de doula);
q) Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte;
r) Atividades associativas não especificadas anteriormente (suporte operacional à atividades executadas por grupos de autoajuda, ou ajuda mútua em programas de recuperação de dependência afetiva a vícios em

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

álcool, drogas, jogos, e grupos similares);
s) Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (sociedade de professores autônomos, independentes, exceto instituições do sistema regular de ensino);
t) Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares;
u) Ensino de esportes
v) Serviços de assistência social sem alojamento
w) Atividades de terapia ocupacional
x) Atividades de fonoaudiologia
y) Atividades de psicologia e psicanálise.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Art. 4º - A fim de ampliar suas finalidades, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, trabalho, emprego e renda **(coordenação, diretorias, incubadoras, núcleos e outros)**, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno, aprovado pela Assembleia Geral, que disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - Para Fomentar, apoiar, e promover suas atividades, seus objetivos e suas finalidades, fica este Estatuto regulamentado na Lei nº 13.019/2014, Lei nº. 13.204/2015 e a Lei 13.800/2019, que regula as relações de parceria entre Estado e Sociedade Civil e vale para a União, estados, distrito federal e municípios, e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro - Estabelecer um modelo de gestão de qualidade, com enfoque sistêmico e metodológico, com a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre os meios e finalidades no âmbito administrativo, a partir da definição das missões, estratégias, configuração organizacional, recursos humanos, processos e sistemas.

Parágrafo segundo - Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 6º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo Único – O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** poderá nas unidades de produção e geração de renda estabelecer critérios de pagamento e divisão de lucro aos colaboradores, mediante termo firmado em regimento interno da referida unidade aprovado em assembleia, observadas as disposições jurídicas e tributárias legais inerentes a cada área de atuação.

Art. 7º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, é regido pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e a universalidade dos serviços e não fará qualquer discriminação de raça, gênero ou religião.

Parágrafo primeiro - O Estatuto se fundamenta nos princípios do regime democrático, do estado de Direito e de livres iniciativas, tendo como base a Constituição Federal às leis, e demais leis pertinentes á especial.

Parágrafo segundo - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, poderá sempre que necessário criar subsedes, sendo que se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais funcionarão mediante homologação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, por em todos os municípios do Maranhão e estados do Brasil no Exterior.

Parágrafo terceiro - A decisão de criar estas subsedes obedecerá rigorosamente às necessidades de apoio logísticas às atividades da entidade e ocorrerá em Assembleia Geral convocada para este fim.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Art. 8º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integramente na consecução dos seus objetivos sociais.

Art. 9º - No desenvolvimento de suas atividades o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** prestará serviços gratuitos permanentes e não fará qualquer discriminação a clientela, em razão do sexo, cor, gênero, nacionalidade, profissão, credo político e religioso.

Art. 10º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** terá um Regimento Interno que aprovado em Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 11º - A área de atuação do Instituto fica destinada em todo território nacional bem como no exterior.

Art. 12º - A atuação do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** será direcionada aos habitantes na esfera, municipal, estadual e nacional e buscando e capitando recursos no âmbito nacional e internacional, sua população residente e aos espaços urbanos, rurais naturais e culturais em todos os estados Brasileiros e no exterior, com o objetivo permanente de garantir a melhor qualidade de vida para todos, defendendo-os em seus direitos coletivos e individuais, organizando-os em estruturas de atuação e desenvolvendo trabalho social, educativo, cultural e na saúde e reivindicativo, bem como: na defesa de melhores condições de vida para a comunidade que representa, dirigindo-se com prioridade aos grupos familiares e pessoas ali residentes.

Art. 13º - A fim de alcançar os objetivos e finalidades do presente Artigo, serão priorizados os seguintes itens:

a) Educação - formação de jovens em situação de risco social; educação voltada para o trabalho; educação ambiental; alfabetização, complementação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
b) Trabalho e geração de renda - gestão de pequenos negócios; cursos técnicos de qualificação profissional; orientação técnica e estímulo à formação de cooperativas de trabalho, de consumo, de crédito e outras;
c) Meio Ambiente - melhoria das condições de saneamento; programas de reflorestamento; preservação dos mananciais de água potável; programas de Desenvolvimento Sustentável e defesa da biodiversidade em todas as suas manifestações; busca de solução dos problemas do lixo urbano, sua destinação racional, tratamento e reciclagem, através de orientação técnica e estímulos à formação de cooperativas de coleta seletiva de materiais reaproveitavam, de reciclagem e outras;
d) Saúde - atendimento ao usuário e formulação de políticas de controle social da saúde pública, visando a obter o aumento de número de pessoas sãs em cada localidade atendida; saúde preventiva e todas as suas formas alternativas; programas de esclarecimentos sobre a AIDS/DST e outras doenças infectocontagiosas;
e) Direitos Humanos - programas que atendam à mulher, à criança e ao adolescente, ao idoso, ao portador de deficiência e a todo cidadão objeto de discriminação, seja social, econômica, religiosa ou racial; recuperação do drogado, do presidiário e demais vítimas das mazelas sociais;
f) Cultura - manifestações culturais envolvendo poesia, música, dança, artes cênicas, vídeo, cinema, fotos, artes plásticas, festas folclóricas, cultura popular e demais formas de manifestações socioculturais comunitárias;
g) Esportes e lazer - programas que incentivem atividades esportivas, recreativas, de lazer, e outros.

Art. 14º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** Para financiar as atividades previstas deste estatuto poderá:

I - Celebrar convênios, acordos, contratos ou outros ajustes e contratos equivalentes instituições públicas, tais como: federal, estaduais, municipais, e privadas, nacionais ou estrangeiras, para o desenvolvimento de atividades atinentes com seus objetivos estatutários.
II - Executar diretamente de projetos, programas e/ou planos de ações, viabilizadas por meio de doações de recursos material e financeiros, e/ou parcerias com organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

III – Contratar empresas ou profissionais especializados em temas especificos dos projetos e serem desenvolvidos para si ou para terceiros de acordo com a lei de terceirização, ora em vigor de acordo com os objetivos e finalidades.
IV - Celebrar convênio, contratos, termos de parcerias e toda espécie válida e legal de ajuste, com a administração pública ou privada ou ainda do terceiro setor, de acordo com a lei do Novo Marco Regulatório, regulamentado pelas Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e as atualizações introduzidas pelo Decreto nº 11.948/2024, Essas Leis regulam as relações de parceria entre Estado e Sociedade Civil e vale para a união, estados, distrito federal e municipios, de acordo com os objetivos e finalidades desta lei (inciso I do artigo 33, Lei 13.019); da mesma forma esta regulamentado pelo Código Civil Brasileiro (adequada conforme o Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002); bem como a regulamentação do projeto minha casa minha vida, O programa Minha Casa Minha Vida — Entidades tem como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade de acordo com a lei Conforme Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991*, o Fundo de Desenvolvimento Social é destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, Ele foi criado a partir da publicação da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações. Essa lei dispõe sobre as regras do programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao poder executiva a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana — PNHU, instituído pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007*, o Cadastro Único, programa social do governo, tem por objetivo retratar a situação sócio econômica da população de todos os municípios brasileiros, por meio do mapeamento e identificação das famílias de baixa renda, bem como conhecer suas principais necessidades e subsidiar a formulação e a implantação de serviços sociais que as atendam.
V – Receber patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas ou decorrentes de leis especifica;
VI – Contratar serviços de entidades e ou profissionais especializados nas diversas áreas de atuação;
VII – Contratar e executar serviços de radiodifusão e de transmissão por televisão, inclusive de programas educativos e culturais, bem como outros meios de comunicação em circuitos abertos ou fechados;
VIII - Participar de certames licitatórios, de qualquer modalidade;
IX - Realizar outras atividades éticas e legais que contribuam para seus objetivos e finalidades, manutenção e patrimônio;
X - Firmar convênios e parcerias com universidades, faculdades nacionais e internacionais, empresas privadas e públicas, possibilitando estágio nas mais diversas áreas e demais termos aplicados à espécie;
XI - Firmar parcerias com ONG's Nacionais e Internacionais a fim de promover intercâmbio de técnicos e ações conjuntas em projetos de acordo com o direito e normas internacionais;
XII - Firmar convênios na prestação de serviços ambientais, culturais, artísticos, educacionais, sociais, assistências, segurança pública e cidadania, tecnologia e afins, e projetos junto a entidades de assistência mundial ONU, Cruz Vermelha, UNESCO e demais órgãos afins;
XIII - Firmar convênios e parcerias, contratos em geral, com todos os Ministérios e Secretariais Estaduais e Municipais, Prefeituras, e Poder Legislativos Federais, Estaduais e Municipais em todo território Nacional;
XIV - Criar Superintendências Estaduais e Inspetoras Municipais, nos projetos desenvolvidos pelo Instituto, parcerias públicas e privadas, junto aos órgãos competentes dos estados e Municípios e órgão Federal;
XV - Firmar convênios com Patronatos, associações e sindicatos em geral, Prefeituras, Estado e União;
XVI - Criar, administrar e manter parques e reservas ecológicas, centros educacionais, especiais, de música, arte, assistenciais, e demais permitidos por lei, colaborar com instituições públicas e privadas, estimular e executar implantação de pousadas e hotéis ambientais, no apoio a divulgação do turismo ecológico, além de elaborar e executar programas de educação ambientais, culturais, artísticos e assistências e afins, nos mesmos;
XVII - Administrar e executar, por expressa concessão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Registro Genealógicas de animais observadas às normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
XXVIII - Defesa do direito à moradia, nos termos do art. 6º da Constituição da República em consonância com a lei 10.257/2001 – Estatuto das Cidades e da nova ordem urbanística brasileira;
IX – Reunir, organizar e apoiar famílias no desenvolvimento e execução dos projetos habitacionais e de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais, além de atuar como substituta temporária das famílias que serão beneficiadas;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

XX – Reunir, organizar e apoiar famílias no desenvolvimento e execução dos projetos habitacionais e de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais, além de atuar como substituta temporária das famílias que serão beneficiadas.

Parágrafo primeiro - Os objetos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** poderão ser realizados através de convênios ou auxílios financeiros a entidades públicas ou privadas, sendo expressamente vedado o exercício de atividades de natureza política partidária, direta ou indiretamente.

Art. 15º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, não remunera e nem concede vantagens e benefícios por qualquer título, a seus conselheiros, mantedores, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhes são atribuídas por este Estatuto, podendo, no entanto, contar com bolsista, empregados, estagiários e voluntários, bem como a colaboração de servidores públicos e outros, além de atuar por meio de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou conveniadas, na forma da legislação específica.

Art. 16º - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Art. 17º - A fim de cumprir suas finalidades a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Art. 18º - Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a quaisquer outras entidades que queiram celebrar qualquer tipo de convenio com o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, assim destinando à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse da entidade.

Art. 19º - Na consecução dos seus objetos, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** elaborará programas e projetos, compatibilizando custos e eficiência em função dos recursos físicos, operacionais e financeiros disponíveis, mantendo orçamento anual ou plurianual com previsão discriminada de receitas e despesas.

Parágrafo único - Nos projetos, serviços ou convênios que exijam a dedicação exclusiva de algum membro ou associado, a Diretoria Executiva poderá fixar um auxílio de custo ou remuneração dentro do orçamento do projeto, desde que o mesmo não tenha outra fonte de renda, sem ônus para a associação, respeitado a habilidade profissional do membro associado.

CAPITULO II
DOS SOCIOS

Art. 20º - Serão admitidos no quadro social do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, a critério do Diretoria executiva todos aqueles que queiram se integrar ao Instituto para que possa desenvolver projetos, bem como melhoria a situação de vida daqueles que são excluídos da sociedade e contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos, que concordem com as disposições deste Estatuto, assinando a ficha de cadastramento e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da Entidade distinguidos em quatro categorias.

I - Fundadores: todos os cidadãos que tomaram parte da reunião de fundação na entidade e assinarem o livro de frequência, pelo qual os nomes serão registrados na ata de fundação;
II - Beneméritos: os associados fundadores prestaram relevantes serviços à Instituição;
III - Honorários: os que por suas ações e atitudes se tornem merecedores de respeito e das homenagens da comunidade;
IV - Contribuinte: aqueles que se inscreverem no quadro social, cujos nomes sejam aprovados pelo Diretoria executiva e se disponham a cumprir o Estatuto e os regulamentos e contribuição mensal da entidade.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Parágrafo primeiro - O primeiro Diretoria executiva será composto apenas de sócios fundadores.

Parágrafo segundo - Os associados beneméritos, honorários e contribuintes não gozam do direito de votar e serem votados.

Art. 21º - Os direitos e atribuições dos associados quites com as suas obrigações.

I - Votar e ser votados para cargos eletivos, exceto os associados beneméritos, honorários e contribuintes;
II - Tomar parte nas Assembleias Gerais;
III - Requerer convocação da Assembleia Geral com no mínimo de 20% (vinte por cento) de associados em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários;
IV - Frequentar as dependências do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** e participar de qualquer atividade por ela promovida;
V - Usufruir dos programas e benefícios do Instituto;
VI - Direito de requerer a qualquer momento sua exoneração.

Art. 22º - São deveres dos associados:

I - Observar o Estatuto, Regimento, Deliberações, regulamento e Resoluções dos órgãos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
II - Respeitar e acatar as decisões pelo Diretoria executiva;
III - Cooperar para o desenvolvimento e maior do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
IV - Zelar pela conservação dos bens do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
V - Comparecer às reuniões a que foi convocado (a) e acatar as decisões da maioria;

Art. 23º - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**.

DA ADMISSÃO

Art. 24º - Serão admitidos no quadro social, a critério do Diretoria executiva todos aqueles que queiram se integrar ao Instituto para que possa desenvolver projetos, bem como melhoria a situação de vida daqueles que são excluídos da sociedade a admissão de associados será decidida pela diretoria, por proposta com assinatura de dois associados em dia com as suas obrigações sociais, e efetivadas após o compromisso de cumprimento, pelo postulante dos encargos estatutários, que tenha participado mais de três reuniões consecutivas.

Parágrafo primeiro - São admitidos automaticamente ao Instituto os residentes nos logradouros listados no Artigo 8º, que concordem com as disposições deste Estatuto, assinando a ficha de cadastramento e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da Entidade.

Parágrafo segundo - É permitida a demissão do Associado, desde que manifestada por escrito, diretamente à Presidência da Diretoria.

DAS PENALIDADES

Art. 25º - Os associados que não cumprirem as determinações do presente Estatuto estará sujeito as seguintes penalidades:

I - Advertência;
II – Suspensão;
III – Exclusão.

Parágrafo Único - Os associados que tentarem desrespeitar este Estatuto será conforme o Regimento Interno, estando sujeito às penalidades de advertência ou suspensão.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Art. 26º - As penas de advertência e suspensão serão impostas pelo Diretoria executiva, salvo as cometidas pelos membros Diretores e Conselheiros que serão da atribuição da Assembleia Geral.

Art. 27º - Para pena de suspensão de associados, imposta pelo Diretoria executiva, caberá recurso voluntário e sem efeito suspensivo a Assembleia Geral.

Art. 28º - Considera-se falta grave, passível de eliminação, provocar ou causar grave prejuízo moral ou material para ao Instituto.

Parágrafo Único - A exclusão dos associados só é admissível, havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

Art. 29º - A qualquer tempo poderá o associado solicitar seu desligamento do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, com oficio dirigido junto ao Diretoria executiva.

CAPITULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 30º - **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** será administrado por:

I – Assembleia Geral;
II – Conselho de Administração;
III – Diretoria Executiva; e
IV – Conselho Fiscal.

Parágrafo primeiro- Os representantes dos órgãos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** terão prazo de mandato de 04 (quatro) anos, admitida reeleição para o mesmo cargo.

Parágrafo segundo – O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, poderá remunerar os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal por execução de serviços específicos, respeitando os valores praticados pelo marcado na região onde exercem suas atividades, desde que não se confundem com suas competências estatutárias.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 31º - A Assembleia Geral, órgão de fiscalização, se constituirá dos associados em pleno gozo e seus direitos estatutários.

Art. 32º - Compete à Assembleia Geral:
I – Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
II - Resolver os casos omissos neste Estatuto;
III - Decidir sobre a extinção do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
V - Aprovar o Regimento Interno;
VI – Aprovar as contas.

Art. 33º - Compete privativamente a Assembleia Geral:

I – Destituir os administradores;
II – Alterar o Estatuto, inclusive no tocante à administração.

Parágrafo Único - Para as deliberações que se referem os incisos I e II deste artigo é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será de 2/3 (dois terços).

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Art. 34º - A Assembleia Geral se realizará ordinariamente, uma vez por ano para:

I – eleger o Conselho de Administração;
II – destituir diretores e administradores;
III – aprovar alterações estatutárias;
IV – deliberar a dissolução ou cisão da entidade
V - aprovar proposta de programação anual do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, submetida pelo Conselho de Administração;
VI– apreciar o relatório anual do Diretoria executiva;
VII - discutir e homologar as contas e balanços aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 35º - A Assembleia Geral se realizará extraordinariamente quando convocada:

I – Pelo Conselho de Administração;
II – Pela Diretoria Executiva;
III – Pelo Conselho Fiscal;
IV - Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados, quites com as suas obrigações sociais.

Art. 36º - A convocação da Assembleia Geral feita por meio de edital afixado na sede do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**; e publicado na Imprensa Local, por meio de circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação com qualquer número.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 37º - O conselho de administração quando a entidade pleitear um contrato de gestão deve estar estruturado em regra nos termos que dispuser o estatuto da entidade o qual é composto de 3 (três) a 11 (onze) membros. O mandado do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

I - Ser composto por:
a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;
II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;
III - os representantes de entidades previstos nas alíneas a e b do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;
IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;
V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;
VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;
VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;
VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Art. 38º - Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução dos seus objetos;
II - aprovar a proposta para fins de celebração de contrato de gestão da entidade;
III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
IV - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
V - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
VI - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
VII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;
VIII - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Art. 39º - Compete ao Conselho de Administração:

a) fixar atribuições diversas e remuneração da Diretoria;
b) propor alteração do Estatuto;
c) aprovar o regimento interno que disporá no mínimo sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
d) convocar Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo;
e) exercer o controle dos objetivos sociais e decidir os casos omissos, na forma da lei e do Estatuto;
f) definir e aprovar por maioria de 2/3, o plano de cargos, salários e benefícios, e o quadro de pessoal;
g) aprovar o plano de trabalho, a proposta de orçamento, e o programa de investimentos;
h) aprovar procurações;
i) aprovar a empresa de auditoria interna, se houver;
j) encaminhar as contas à Assembleia com seu parecer;
k) aprovar por maioria de 2/3 o regulamento de compras e contrações que deverá dispor sobre contratações de obras e serviços, bem como sobre compras e alienações;
l) fiscalizar o cumprimento de diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade com o auxílio de auditoria interna, se houver e;
m) instalar comitês gestores bem como definir suas regras e composição.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 40º - A Diretoria Executiva é um órgão de representação do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** composta por 03 (três) membros efetivos, que deverá ser associado; eleitos a cada 4(quatro) anos, com as seguintes atribuições:

Art. 41º - Compete ao Diretor Presidente: Representar, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente a entidade:

I - Representar o Instituto, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, podendo outorgar procuração, quando necessário, com poderes "ad judicia", profissional devidamente habilitado;
II - Solicitar a convocação da Assembleia Geral, na forma do que prevê deste Estatuto;
III - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, coordenando seus trabalhos, mantendo a ordem e a disciplina nas respectivas reuniões, e propondo, quando assim o exigirem as circunstâncias, a suspensão ou adiamento das mesmas;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

IV - Supervisionar todas as atividades e rotinas da Diretoria Executiva, sejam elas exercidas pelos seus integrantes, sejam pelos departamentos e grupos de trabalho, na forma prevista no presente diploma;
V – Assinar em conjunto com o Diretor Financeiro ou isoladamente, abertura de contas correntes, cheques, promissórias e todos os demais títulos de crédito de emissão e responsabilidade do Instituto, não eliminando, porém, o estatuído no Estatuto;
VI - Assinar, todos os convênios, ajustes técnicos e demais contratos firmados pelo Instituto com terceiros de qualquer natureza;
VII - Visar, juntamente com o Diretor Financeiro, a apresentação de projetos, precedendo à lavratura dos respectivos convênios e contratos;
VIII - Nomear departamento quando necessário ao bom desempenho de objetivos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
IX – Definir a estrutura organizacional do Instituto, a composição do quadro de colaboradores, contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
X - Representar, ativa, passiva, judicial e Extrajudicialmente a entidade;
XI - Solucionar os casos de urgência submetendo-os a aprovação da diretoria;
XII – Promover ou autorizar, em conjunto com o Diretor Financeiro, o pagamento das despesas e das contas do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
XII – Aprovar em conjunto com o Diretor Financeiro, financiamentos às atividades amparadas por este Estatuto com base nas diretrizes da Assembleia Geral;
XIV – Assinar e controlar, convênios, contratos, acordos e empréstimos com entidades financeiras públicas e privadas, nacionais e internacionais podendo prestar aval e oferecer garantias;
XV – Ocupar a vaga de Presidente nas Assembleias Gerais;
XVI – Abrir e movimentar contas bancárias em conjunto com o Diretor Financeiro ou isoladamente, sendo ambos responsáveis em praticar todos os atos necessários para a movimentação delas, quando os mesmos movimentarem as respectivas contas em conjunto;
XVII – Abrir, manter e encerrar com o Diretor Administrativo, escritórios, representações, unidades operacionais ou filiais;
XVIII – Formular e aprovar, em conjunto com o Diretor Administrativo, o regimento que regulará a atuação dos escritórios ou filiais;
XVIV – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social e as deliberações das Assembleias Gerais;
XX – Definir a política geral e as ações estratégicas, em consonância com as diretrizes estabelecidas neste Estatuto e pela Assembleia Geral dos Associados;
XXI – Apresentar à Assembleia Geral o Relatório anual, demonstrativos financeiros, para parecer do Conselho Fiscal e da auditoria independente, quando necessário;
XXII - Indicar e nomear em conjunto com o Diretor Administrativo, as pessoas que ocuparão os cargos referentes às diretorias regionais;
XXIII – Definir, "ad referendum", sobre os assuntos que exigirem pronta solução, dando disto conhecimento a Assembleia Geral em próxima reunião;
XXIV – Deliberar sobre a aplicação das penalidades previstas neste Estatuto, cabendo a este o direito de veto, que neste caso deverá ser dirimido em Assembleia geral convocada para este fim;
XXV – Administrar o patrimônio do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
XXVI – Expedir atos executivos e normativos no âmbito da administração da entidade e tomar as medidas indispensáveis ao cumprimento das resoluções das Assembleias Gerais, e;
XXVII - Cumprir outras atribuições que venham a ser estabelecidas por aprovação da Assembleia Geral.

Art. 42º - Compete ao Diretor Financeiro:
I - Supervisionar todos os serviços inerentes à secretaria, especialmente guarda dos livros de registros, lavratura de Atas do Diretoria executiva e, se solicitado, as Atas da Assembleia Geral, bem como termos de posse, elaboração de ofícios, cartas, memorandos e demais comunicações internas e externas do Instituto;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

II - Supervisionar a permanente atualização do cadastro dos associados, contendo o nome de todos, principalmente na época da realização das Assembleias;
III – Movimentar juntamente com o Diretor Presidente, conta bancaria, bem como criação e encerramento de contas em bancos, emitir, endossar e descontar cheques e títulos de crédito do Instituto, contrair obrigações e assumir compromissos de responsabilidades em nome do Instituto;
IV - Acompanhar e supervisionar contas e documentos junto à contabilidade, planejar e supervisionar a execução do orçamento e as atividades de captação de recursos;
V – No caso de vacância ou impedimento do Diretor Presidente, em conjunto com o Diretor Administrativo, movimentar contas bancarias, emitir, endossar e descontar cheques e títulos de créditos do Instituto, contrair obrigações e assumir compromissos de responsabilidades em do Instituto;
VI – Colaborar com o Diretor Presidente em todos os atos de gestão do Instituto, sempre que necessário e apresentar bimestralmente o balanço das contas da Entidade ao Diretor Presidente;
VII - Executar a prestação de contas do instituto de acordo com as regras deste Estatuto;
VIII – Praticar todos os atos de gestão que forem determinados pelo Diretor Presidente; e;
IX – Cumprir e fazer cumprir os estatutos e demais normas que seguem o instituto, sempre na busca do alcance de seus objetivos e finalidades;
X - Arrecadar e contabilizar as doações, subvenções, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
XI - Pagar contas autorizadas pelo Presidente;
XII - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria;
XIII - Manter todos numerários em estabelecimento de crédito;
XIV - Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade do Instituto Maranhense de Integração Social – IMIS, contratado por profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil.

Art. 43º – Compete ao Diretor Administrativo:

I – Planejar, elaborar, executar e supervisionar projetos e programas a serem desenvolvidas pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
II – Desenvolver estudos e pesquisas objetivando projetos e/ou programas a serem desenvolvidos pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
III – Elaborar os planos de trabalhos a serem executados pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**;
IV – Planejar todas as atividades culturais a serem e apresentar à Diretoria Executiva;
V – Planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** de acordo com a política e as diretrizes definidas neste Estatuto Social, emanadas das Assembleias Gerais;
VI – Formular e aprovar, em conjunto com o Diretor Presidente, o regimento que regulará a atuação dos escritórios ou filiais;
VII - Indicar e nomear em conjunto com o Diretor Presidente, as pessoas que ocuparão os cargos referentes às Diretorias Regionais.

Art. 44º - A critério do Diretoria executiva, poderá ser elaborado um regimento interno, com base neste Estatuto, baixado sob forma de resolução, após aprovação da Assembleia Extraordinária.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 45º - O Conselho Fiscal do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** é o organismo fiscalizador da situação financeira e patrimonial do Instituto, sendo composto por 03 (três) membros titulares, os quais serão nomeados pelo Diretoria executiva e homologados pelo Diretor Presidente.
Parágrafo primeiro – Na observância do disposto acima, os membros do Conselho Fiscal terão mandato por período de 04 (quatro) anos, os quais podem ser destituídos há qual qualquer tempo, conforme previsto neste Estatuto.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Parágrafo segundo – Em caso de vacância de algum conselheiro por ausência injustificada em 03 (três) reuniões seguidas do Conselho Fiscal, renúncia, afastamento compulsório ou morte de um titular, a Assembleia Geral promoverá imediatamente a substituição do membro para cumprimento do mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal não poderão acumular cargos do Diretoria executiva.

Art. 46º – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Analisar o orçamento anual do Instituto a ser elaborado pelo Diretoria executiva;
II – Apreciar os balancetes mensais e o balanço geral do Instituto, a serem apresentados pelo Diretoria executiva ao final de cada Exercício financeiro, fazendo-os acompanhar de parecer circunstanciado, com recomendação de que sejam aprovados ou não, à Assembleia Geral nas suas épocas próprias;
III – fiscalizar a observância do orçamento aprovado para o Exercício financeiro, bem como o controle patrimonial do Instituto, sob responsabilidade do Diretoria executiva; e,
IV – Avaliar e dar parecer sobre possíveis despesas extraordinárias, cuja solicitação seja feita pelo Diretoria executiva, respeitados os limites impostos pelo orçamento financeiro aprovado para o respectivo Exercício.

Art. 47º – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro trimestre do Exercício financeiro seguinte ao vencido, a fim de cumprir as atribuições contidas nos Incisos I, II e III do Artigo 45º, acima, e, extraordinariamente, no caso do Inciso IV do mesmo Artigo, sendo convocado sempre com 15 (quinze) dias de antecedência pelo Diretoria executiva, de acordo com do presente Estatuto.

Art. 48º - Os seus Diretores, Conselheiros, Associados, Instituidores, Benfeitores ou equivalentes, do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, diretamente ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 49º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, não distribui lucros, resultados, dividendo, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 50º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos, institucionais no território nacional.

Art. 51º - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a quem estejam vinculadas.

Parágrafo Único - O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, prestar serviços gratuitos, onde aplica anualmente, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação e bens, de vendas de bens não integrantes do ativo imobilizado e doações particulares cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuição sociais usufruídas permanentes e sem qualquer descriminação de clientela.

CAPITULO IV
DAS ELEIÇÕES

Art. 52º - As eleições gerais para cargos eletivos serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, conforme previsto neste Estatuto, em pleito amplamente divulgado na área do Instituto.

Art. 53º - A Presidência da Diretoria Executiva fará publicar, o edital de convocação na sede do Instituto e nos lugares públicos mais frequentados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término de seu mandato, o competente Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, especificando a natureza das eleições, o prazo para inscrição das chapas, bem como o dia, local e hora da realização do pleito.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

Art. 54º - A forma de eleição, da Diretoria Executiva, consistirá na apresentação de chapas, as quais deverão conter os cargos, os nomes completos dos candidatos correspondentes e suas respectivas autorizações individuais, acompanhadas de número do documento de identidade pessoal e cópias xerográficas do CPF e Carteira de Identidade para registro das atas, as inscrições das chapas, concorrentes, deverão ser feitas mediante expediente até o último dia que antecede a eleição.

Parágrafo primeiro – Podem compor as chapas de candidatos, todos os associados que se enquadrem nas condições previstas neste Estatuto, desde que em pleno gozo de seus direitos estatutários e legais diante das legislações vigentes.

Parágrafo segundo – Cada candidato somente poderá participar de uma única chapa.

Art. 55º - A eleição será feita por voto universal, direto e secreto, somente podendo exercer essa prerrogativa o Associado no gozo de seus direitos estatutários, e que já tenha alcançado idade superior a 18 (dezoito), portando Título de Eleitor emitido pela Justiça Eleitoral e devidamente cadastrado pelo Instituto.

Parágrafo primeiro – No caso de chapa única, poderá ser definido que a cédula apresentará apenas duas alternativas: "sim" ou "não", representando que as eleições dar-se-ão por aclamação expressa à única chapa apresentada.

Parágrafo segundo – Na hipótese de a alternativa "não" alcançar metade mais um dos votos dos eleitores presentes ao pleito, para qualquer chapa apresentada, esta não poderá ser proclamada eleita, resultando em que iniciará novamente todo o procedimento para novo pleito.

Parágrafo terceiro – Não será permitido, em qualquer hipótese, o voto por procuração.

Art. 56º – São inelegíveis para quaisquer cargos além daqueles impedidos por Lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular e a fé pública.

CAPITULO V
DO PATRIMONIO

Art. 57º - O patrimônio e a receita do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** constituir-se-ão dos bens e direitos que lhe couberem, pelos que vier adquirir no exercício de suas atividades, pelas contribuições dos seus associados, pelas subvenções e doações oficiais e particulares, móveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

Parágrafo Único: O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** poderá receber contribuições, doações, legados e subvenções, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais e internacionais, destinados à formação e ampliação de seus patrimônios ou a realização de trabalhos específicos.

Art. 58º - Em caso de dissolução ou extinção do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, o patrimônio e os bens remanescente, após o pagamento de todas as dívidas, se existentes, serão doados a uma entidade congênere, registrado no CNAS – Conselho Nacional de Assitência Social, ou a órgão competente que vier a substitui-lo, a critério da Assembléia Geral.

Art. 59º - Na hipótese de a entidade obter e posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.637/98, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CAPITULO VI
DO EXERCICIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 60º - O Exercício social coincide com o ano civil e, ao seu final, serão elaboradas as demonstrações financeiras para apreciação do Conselho Fiscal, sendo posteriormente submetidas à Assembleia Geral, na forma do presente Estatuto.

Parágrafo primeiro - Juntamente com as demonstrações financeiras, serão submetidos à apreciação do Conselho Fiscal os balancetes mensais, Balanço geral do Exercício e balanço patrimonial, tudo englobado pelo relatório das atividades desenvolvidas durante o último período anual pelo Diretoria executiva.

Parágrafo segundo - Todo o eventual superávit será reaplicado nos objetivos-fins do Instituto.

CAPITULO VII
DO FUNDO ESPECIAL

Art. 61º – Além das receitas e despesas correntes, e demais integrantes do caixa do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, movimentado diretamente pela diretoria administrativa financeira, constitui patrimônio do Instituto um Fundo Especial, sob a rubrica de Fundo Social, destinado a ser utilizado para custear e promover projetos e ações sociais, capacitação profissional de pessoas da comunidade, sendo formado por parte dos percentuais obtidos com a viabilização de projetos, conforme previsto deste Estatuto.

Parágrafo Único – O valor da parte dos percentuais, mencionado no caput do presente Artigo, será objeto de proposta do Diretor Presidente ao Conselho de Administração, que, após submetê-la à votação, encaminhá-la-á à Assembleia Geral para discussão e homologação.

CAPITULO VIII
DO CONTROLE INTERNO

Art. 62º - O controle interno das contas e do patrimônio será consubstanciado no Sistema de Controle Interno, elaborado e mantido pela Diretoria Executiva do Instituto, dentro dos padrões de auditagem recomendados pelas instituições especializadas.

Parágrafo primeiro – A Auditoria Externa, quando se fizer necessário, será levada a efeito por profissional independente, devidamente habilitado para esse fim, que deverá colocar à disposição todos os meios indispensáveis à análise e sistematização do controle dentro do Instituto.

Parágrafo segundo – O Instituto adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório, inclusive se necessário promoverá as medidas judiciais cabíveis à defesa dos interesses da entidade.

CAPITULO IX
DA EXTINÇÃO

Art. 63º - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.637/98, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo e finalidade social (Lei 9.637/98, § 2º do art. 16), bem como o vide art. 61 do C.C.

Art. 64º - Na hipótese de a Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, os acervos patrimoniais disponíveis, adquiridos com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social (Lei 9.637/98, § 2º do art. 16) bem como o vide art. 61 do C.C.

Art. 65º - A instituição entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada, mediante voto favorável de pelo menos dois terços (2/3) dos sócios quites com suas obrigações sociais.

Art. 66º - O Presidente é o liquidante nato da instituição. Em caso de impedimento declarado pelo mesmo, a Assembleia Geral poderá nomear outro membro do quadro social participante.

CAPITULO X
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 67º - A prestação de contas da Instituição observará no mínimo a Lei 9.790/99, inciso VII do art.4º:

I – Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002;
II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
III – A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de parceria, conforme previsto em regulamento;
IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal;
V - A entidade vai manter uma contabilidade que escriture suas receitas e despesas em dia e de forma regular.

CAPITULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68º – O Instituto somente extinguir-se-á nos casos legais ou por deliberação da Assembleia Geral, reunida extraordinariamente por 03 (três) vezes consecutivas, com espaço de 20 (vinte) dias entre uma e outra reunião, por convocação feita nas condições previstas neste Estatuto, sendo que o quórum mínimo em cada uma das reuniões acima previstas será de 2/3 (dois terços) associados.

Parágrafo Único – A aprovação da proposta de extinção será considerada legítima se votada favoravelmente por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados presentes, após apreciação ampla das razões que venham a embasar tal decisão.

Art. 69º – Em caso de ser dissolvido o Instituto, e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado à instituição similar, com finalidades não econômicas, reconhecida de utilidade pública federal, estadual ou municipal, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, em sua reunião que determinar a dissolução, respeitados, no entanto, os compromissos específicos previstos em convênios, contratos e outros quaisquer ajustes, firmados na forma da legislação vigente.

Art. 70º – Todos os pedidos de informações, ou até mesmo de certidões, devidamente protocolizados perante qualquer dos órgãos do Instituto, desde que o sejam com base nos dispositivos da Constituição Federal atinentes à matéria, deverão ser previamente encaminhados à consideração do Diretoria executiva, em sua primeira reunião ordinária após a entrada do pedido.

Parágrafo Único – Ainda na forma dos dispositivos constitucionais e legislação complementar pertinente, ao direito de formular pedidos de informações ou certidões corresponderá à obrigação do peticionário em reembolsar o Instituto nos custos delas decorrentes.

Art. 71º – Todos os cargos diretivos ou consultivos do Instituto são exercidos em caráter de gratuidade, sendo considerados de relevante interesse público.

Parágrafo Único – Não é defeso, porém, a participação de um ocupante de cargo diretivo ou consultivo, exceto os titulares do Diretor Financeiro, além dos membros efetivos do Conselho Fiscal, em projeto ou prestação de serviços

profissionais de caráter técnico, mesmo que venha a participar da contraprestação financeira correspondente a esses trabalhos.

Art. 72º - Os integrantes da Diretoria Executiva, de Departamentos ou quaisquer grupos de trabalho designados para atividades específicas, assim como os membros do Conselho Fiscal, não poderão invocar tal qualidade no exercício de atividades estranhas ao Instituto.

Art. 73º - Não será permitida a dupla representação em qualquer cargo de direção e consultivo dos órgãos do Instituto

Art. 74º - Os integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal que se candidatarem a cargos públicos eletivos, deverão solicitar afastamento temporário de suas funções após a homologação de sua candidatura pelo Tribunal Regional Eleitoral, por escrito e pelo período de até o dia seguinte à eleição, e, se eleitos forem, requererem licença por tempo determinado até que deixem de exercer os respectivos cargos públicos.

Art. 75º - O presente Estatuto só poderá ser reformado, em parte ou no seu todo, inclusive no tocante à administração, mediante proposta subscrita por, no mínimo, 10 (dez) associados no gozo de seus direitos estatutários, sendo apreciada em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, e com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira e segunda convocação, deliberando por 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

Art. 76º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro e demais leis aplicáveis. Quaisquer questionamentos serão examinados e supridos pelo Diretoria executiva, sendo que, face à sua relevância, avaliada a necessidade de Aprovação Estatutária, haverão de ser submetida ao referendo da Assembleia Geral Extraordinária, convocada na forma este Estatuto.

Art. 77º - O presente Estatuto do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** entra em vigor na data de sua promulgação, através da assinatura do Diretoria executiva, conforme deliberação dos presentes à Assembleia Geral Extraordinária para Aprovação Estatutária, tendo validade jurídica após seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas competente.

Art. 78º - A consecução dos objetivos previstos neste Estatuto será efetivada mediante execução direta de projetos, programas e planos de ações específicos, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, e ainda pela prestação de serviços intermediários e terceirizações de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público e empresas do setor privado que atuem em áreas afins.

Art. 79º - Os serviços de assistência à saúde, educação em saúde e assistência no exercício de direitos da saúde, mencionados neste Estatuto, serão prestados pelo Instituto à comunidade de forma inteiramente gratuita, e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Art. 80º - Estão incluídas nas atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto: (I) prestação de serviços de consultoria, elaboração e implementação de projetos, apoio técnico, e outros serviços remunerados a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, relacionados com o objeto social e diversos dos serviços de que trata este estatuto acima; e (II) venda de livros, jornais, revistas, canetas, brindes, camisetas e outros produtos desenvolvidos pelo Instituto ou recebidos em doação, sendo os recursos provenientes desses serviços e da venda desses produtos destinados exclusivamente à realização dos projetos sociais desenvolvidos pelo Instituto e/ou de quaisquer outras atividades desenvolvidas pelo Instituto na consecução de seus objetivos.

Art. 81º - Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio, auferidos mediante o exercício das atividades decorrentes da finalidade do Instituto, serão integralmente aplicados na consecução do seu objetivo social, não havendo, em hipótese alguma, distribuição entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83002

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Art. 82º - No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e igualdade de direitos, sem discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 83º - O Instituto poderá adotar Regimento Interno para disciplinar o seu funcionamento, o qual será submetido à aprovação pela Assembleia Geral.

Art. 84º - O Instituto poderá captar recursos, inclusive mediante termos de parceria, acordos de cooperação técnica e convênios, para o atingimento dos objetivos definidos por este Estatuto Social.

São Luís - MA, 01 de agosto de 2024.

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

Poder Judiciario TJMA. Selo:
PRENOT02999269MKZ4VIMFBM8V7Q26. 09/12/2024
13:57:34. Ato: 15.1. Partes: INST DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ-83002. Total R$ 38.64 Emol R$
34.82 FERC R$ 1.04 FADEP R$ 1.39 FEMP R$ 1.39
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo:
AVERBA02992680Y7BGGDFYD7IUK74. 09/12/2024
13:58:46. Ato: 15.9.1. Partes: INST DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ-83002. Total R$ 92.68 Emol R$
83.50 FERC R$ 2.50 FADEP R$ 3.34 FEMP R$ 3.34
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo:
AVERBA02992695P29AH47VB2LPM43. 09/12/2024
13:59:47. Ato: 15.9.2. Partes: INST DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ-83002. Total R$ 348.66 Emol R$
314.46 FERC R$ 9.36 FADEP R$ 12.42 FEMP R$ 12.42
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo:
ARQUIV02992656EXWS1DJDD0AXG11. 09/12/2024
14:00:25. Ato: 15.22. Partes: INST DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ-83002. Total R$ 118.75 Emol R$
107.36 FERC R$ 3.04 FADEP R$ 4.18 FEMP R$ 4.18
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no
Reg. nº 139/83002 deste cartório e
registrado sob o nº
São Luís, 09 DEZ 2024
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Cellane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83000

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO CULTUTAL ESPAÇO ARTE - ICEA

Ata da Assembleia Geral Extraordinária os associados do Instituto Cultural Espaço Arte, quites com as obrigações estatutárias para deliberarem sobre a ordem do dia, especialmente convocada para o dia 01 de agosto de 2024, às 09:00hs, na sede da Instituto, na Avenida São Marçal, Travessa do Mercado, Nº 216, Bairro João Paulo São Luís-MA, com o seguinte teor: **I – ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL II - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL; III - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO; IV – ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES; V – RENUNCIA DOS MENBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL; VI - ELEIÇÃO PARA COMPOR A NOVA DIRETORIA;**. Dando inicio aos trabalhos, o Sr. Marco André Gomes assumiu a Presidência da Assembléia, iniciou com uma oração e agradeceu a presença de todos e solicitou a mim Mauro Henrique Gomes, para secretário da Assembléia, fiz a leitura da ordem do dia para dar inicios aos trabalhos. Item **I – ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**, o Presidente esclarece que as aprovações realizadas afetam diretamente alguns artigos do Estatuto tendo em vista que o mesmo não atende mais em sua totalidade, às exigências contidas na Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil, na Lei nº. 13.019/2014, com as suas devidas alterações trazidas pela Lei nº. 13.204/2015, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e altera também a composição da diretoria reduzindo a quantidade de membros e que precisa ser alterado e aprovado para seu registro; dito isto os sócios presentes fazerem os seus questionamentos e darem as suas sugestões. Sendo que, após um amplo debate para esclarecimento do assunto, foi aprovado por unanimidade e sem modificação daquilo que proposto, a alteração integral de todos os artigos, substancialmente em sua formatação, disposição e redação do conteúdo, acrescentando-se e suprindo-se artigos, todos os presentes entenderam e aceitaram, sendo assim passamos para o item **II - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL**, O presidente esclarece que devido aos novos objetivos da entidade, seria bom uma alteração de demoninação, o qual foi aberta para sugestão da nova denominação social, nesse momento pede a palavra o Sr. Marcio Roberto da Silva Ferreira e sugere o seguinte nome de ***INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR*** o que foi aceito por todos, sendo assim fica alterado a partir desta data a denominação de **INSTITUTO CULTURAL ESPAÇO ARTE SOCIAL** para "***INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR***", seguindo a ordem do dia passamos para o item **III -ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO**, o Presidente eleito senhor Marcio Roberto da Silva Ferreira pede a palavra e explica que a alteração de endereço é necessária pois para os novos objetivos e projetos do instituto, dessa forma fica o endereço alterado para **Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edificio Fecomércio, Sala:16 Pavimento,Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380**, sendo aprovado por todos os presente, passamos então para item **IV - ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES**, o Presidente da assembléia passa a palvavra para o Sr. Márcio Roberto que começa a esclarecer o porquê da alteração de CNAE's, dos nossos objetivos e explica que há a necessidade de alteração, ampliando com isto, nossa abrangência de atuação e para atingir maior alcance das finalidades e objetivos da entidade, e para que não haja duvida do processo realizado e que fique registra em Assembleia que o instituto então passará ter as seguintes atividades: *Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Atividades de apoio à gestão de saúde; Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (serviços de contratantes de mão-de-obra para a agricultura); Atividades de apoio à pesca em água doce; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica; Pesquisas de mercado e de opinião pública; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (assessoria e consultoria em projetos culturais, assessoria e consultoria em esporte, organização de concursos públicos, serviços de promoção em saúde junto a área de recursos humanos de empresas); Locação de mão-de-obra temporária; Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; Atividades de limpeza não especificadas anteriormente (limpeza e conservação de ruas, logradouros, roçagem e capinagem de ruas, logradouros, esterilização, sanitização e desinfecção de ambientes); Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Educação profissional de nível técnico; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (curso de culinária, cabeleireiro, marketing digital, treinamento de vigilantes, cursos e ensino, reforço escolar); Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (atividades de doula); Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte; Atividades associativas não especificadas anteriormente (suporte operacional à atividades executadas por grupos de autoajuda, ou ajuda mútua em programas de recuperação de dependência afetiva a vícios em álcool, drogas, jogos, e grupos similares); Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (sociedade de professores*

FOLHAS. Nº_____

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83000

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO CULTUTAL ESPAÇO ARTE - ICEA

autônomos, independentes, exceto instituições do sistema regular de ensino), Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; Ensino de esportes, após um breve debate os presentes entenderam que as novas atividades é o melhor para os novos projetos da entidade. Seguindo a ordem do dia passamos para o item **V - RENUNCIA DOS MENBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL;** com a palavra o Senhor, Marco André Gomes, que comunicou a todos que está renunciando por sua livre e espontânea vontade ao cargo de Presidente por questões pessoais e que não tem mais interesse em permanecer no cargo em seguida os demais membros da diretoria e do conselho fiscal também manifestaram que não têm mais interesse em permanecer nos cargos por não estarem podendo conciliar os cargos da diretoria com outras atividades e dessa forma também renunciam aos seus respectivos cargos de livre e espontânea vontade; foi solicitado que o Senhor Marco André Gomes continuasse na presidência dos trabalhos, passamos então para o segundo item **VI - ELEIÇÃO PARA COMPOR A NOVA DIRETORIA**, o presidente dos trabalhos se dirigiu aos presentes perguntando se alguém gostaria de se manifestar, naquele momento como ninguém manifestou interesse, o mesmo falou que apesar do tempo regulamentado ter sido aberto para inscrições, foi recebido apenas uma inscrição da chapa protocolada e, por conseguinte o pleito eleitoral seria efetivado de acordo com o que determinam o estatuto social da entidade ou sejaem forma de aclamação. O que todos concordaram e em seguida a chapa foi declarada eleita e empossada pelo senhor Marco André Gomes, presidente da assembléia. Ficando assim constituida a Diretoria Executiva que conduzirás os trabalhos da entidade no periodo de 01/08/2024 à 31/07/2028. Diretor Presidente: **MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 0367238820093 SSP-MA e do CPF nº 751.145.003-25; Diretora Administrativa: **SANDRA REGINA SILVA SANTOS**, brasileira solteira, assistente social, portadora do RG nº 0203182620029 SSP-MA e do CPF nº 021.900.423-48; **GLEICIANE PATRICIA DE SOUSA**; Diretora Financeira, brasileira solteira, secretaria executiva, portadora do RG nº 79297797-1 SSP/MA e do CPF nº 96245396372,; para compor o Conselho Fiscal, foram empossados os seguintes membros: Presidente: **RENATA BORGES LIMA**, brasielira, contadora, solteira, portadora do RG nº 117899499-3 SSP-MA e CPF nº 003.936.463-19 e como membros titulares: **KARIADINE DE MARIA NASCIMENTO PACHÊCO MAIA**, brasileira, pedagoga, casada, portadora do RG nº 26363262900-9 SSP-MA e CPF nº 467.868.283-72 e **CARLOS GABRIEL TRINDADE SANTOS**, brasileiro, autônomo, solteiro, portador do RG nº 0468424120127 SSP-MA e CPF nº 612.788.733-09. Sendo empossada neste ato a nova diretoria executiva. Ficando livre a palavra para os presentes e como ninguém se manifestou para usá-la, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que a fiz como Secretário. Após reabertura a sessão, a mesma foi lida e aprovada e assinada pelo Presidente da Assembéia Geral, Sr. Marco André Gomes e por mim Mauro Henrique Gomes, Secretário da Assembléia e por todos os demais presentes. Declaro ainda para os devidos fins, que esta ata é igual à lavrada em livro próprio.

Poder Judiciario TJMA Selo:
PRETA01588980ARIA 7DYvvF2aVW08 05/12/2024
13:49:08 Ato: 15.9.1 Parte(s): ICEA/PJ-80000 Total R$
38.66 Emol R$ 34.82 FERC R$ 1.04 FADEP R$ 1.39
FEMP R$ 1.39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

São Luis –MA, 01 de agosto de 2024.

Marco André Gomes
Marco André Gomes
Presidente da Assembléia

Mauro Henrique Gomes
Mauro Henrique Gomes
Secretário da Assembléia

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 13979 83000 deste cartório e registrado sob o nº
São Luis, 09 DEZ 2024
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araújo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianne Lorena Vale Menezes

Poder Judiciario TJMA Selo:
AVERBA02882744P3003X4WDF0846 05/12/2024
13:52:27 Ato: 15.9.1 Parte(s): ICEA/PJ-80000 Total R$
82.66 Emol R$ 80.69 FERC R$ 2.00 FADEP R$ 2.34
FEMP R$ 2.34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA Selo:
AVERBA02882PTQ2714XCZ84P648 05/12/2024
13:52:05 Ato: 15.9.2 Parte(s): ICEA/PJ-80000 Total R$
77.48 Emol R$ 62.66 FERC R$ 2.08 FADEP R$ 2.76
FEMP R$ 2.76 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA Selo:
AROA4V0099NSWOUTORSPFXJ845 05/12/2024
Ato: 15.29 Parte(s): ICEA/PJ-80000 Total R$

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001 26
RUBRICA

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO INSTITUTO CULTUTAL ESPAÇO ARTE - ICEA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83000

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL RENUNCIANTES:

Marco André Gomes
Presidente

Michelly Grazielly Pereira de Sousa
Vice – Presidente

Mauro Henrique Gomes
Secretário

Silvana Rodrgues Gomes
Tesoureira

Stephanie Louise Gomes
Presidente do Conselho Fiscal

Léo Davisson Mendes Nascimento
2º Conselho Fiscal

Dayllon I'tallo Mendes Nascimento
3º Conselho Fiscal

Wandeilson de Jesus Vieira Soares Smith
1º Suplente

Welligton Daudeny Lindoso Pereira
2º Suplente

Marcos Vinicius Cruz Machado
3º Suplente

São Luís –MA, 01 de agosto de 2024.

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/96
RUBRICA

INSTITUTO CULTURAL ESPAÇO ARTE
CNPJ: 17.116.752/0001-15

RELAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83000

DIRETORIA EXECUTIVA:

Diretor Presidente: MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
Nacionalidade: BRASILEIRA Profissão: ADMINISTRADOR Estado Civil: CASADO
RG: 0367238820093
CPF: 75114500325
Endereço: Rua do Aririzal, Condominio Ditaly, nº 1 BL3, Apto 202, Bairro Cohama, CEP 65.067-197
Mandado: 04 ANOS

Diretor Administrativo: SANDRA REGINA SILVA SANTOS
Nacionalidade: BRASILEIRA
Profissão: ASSISTENTE SOCIAL Estado Civil: SOLTEIRA
RG: 0203182620029
CPF: 02190042348
Endereço: Rua M, Quadra 03, nº 13 Planalto Anil III, CEP 65.050-882
Mandado: 04 ANOS

Diretora Financeira: GLEICIANE PATRICIA DE SOUSA
Nacionalidade: BRASILEIRA
Profissão: SECRETARIADO EXECUTIVO
Estado Civil: SOLTEIRA RG: 79297797-1
CPF: 96245395372
Endereço: Estrada de Ribamar, N° 05, BL A14B, Apto 35. Cond Vitória, Bairro Forquilha, CEP 65.054-005
Mandado: 04 ANOS

São Luis –MA, 01 de agosto de 2024.

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

FOLHAS. Nº: _____
PROC. Nº: AA 002/26
RUBRICA: _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CONSELHO FISCAL:

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83000

Presidente: RENATA BORGES LIMA
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Contadora
Estado Civil: Solteira
RG: 117899499-3 SSP/MA
CPF: 003.936.463-19
Endereço: Av. Neiva Moreira, nº 300, Cond. Grand Park Arvores, Torre Araucaria, Ap 302, Calhau, CEP 65.071-383
Mandado:04 anos

Membro - Titular: KARIADINE DE MARIA NASCIMENTO PACHÊCO MAIA
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Pedagoga
Estado Civil: Casada
RG: 26363262903-9 SSP/MA
CPF: 467.862.283-72
Endereço: Rua Prof Ronald Carvalho, 06 Ed Munique apt 202, Renascença II - São Luís
Mandado: 04 anos

Membro - Titular: CARLOS GABRIEL TRINDADE SANTOS
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Estudante
Estado civil: Solteiro
RG: 0468424120127 SSP-MA
CPF: 612.788.733-09
Endereço: Rua 16, quadra 10, casa 36, planalto do vinhais 2
Mandado: 04 anos

São Luis –MA, 01 de agosto de 2024.

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 001/24

RUBRICA

INSTITUTO CULTURAL ESPAÇO ARTE
CNPJ: 17.116.752/0001-15

ASSINATURA DOS PRESENTES:

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83001

1. MARCO ANDRÉ GOMES
2. Maria Henrique Gomes
3. Michelly Grazielly Pereira de Souza
4. LÉO DAVISSON MENDES NASCIMENTO
5. Sabrina Rodrigues Gomes
6. Stephanie Sousa Gomes
7. Marcos Vinicius Luz Machado
8. Dayllon Ítalo Mendes Nascimento
9. [illegible]
10. [illegible]
11. Danilo Rogério Silva Santos
12. Aluciane Patrícia de Sousa
13. Renata Borges Lemos
14. Raimunda de Maria Nascimento Pacheco Maia
15. Carlos Gabriel Trindade Santos
16.
17.
18.
19.
20.

São Luís –MA, 01 de agosto de 2024.

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 4397 83001 deste cartório e registrado sob o nº
São Luís, 09 DEZ 2024
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Cellane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes

Poder Judiciario: TJMA. Selo: PRENOT02992608H6SRMPCU8006E71. 09/12/2024 13:54:44. Ato: 15.1. Partes): ICEA/PJ-83001. Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulta em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario: TJMA. Selo: AVERBA02992608XWSGXDDJ7693HJO33. 09/12/2024 13:55:24. Ato: 15.9.1. Partes): ICEA/PJ-83001. Total R$ 92,58 Emol R$ 83,50 FERC R$ 2,50 FADEP R$ 3,34 FEMP R$ 3,34 Consulta em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario: TJMA. Selo: ARQUIV02992608A0E424MYKKTV667. 09/12/2024 13:55:43. Ato: 15.22. Partes): ICEA/PJ-83001. Total R$ 6,26 Emol R$ 5,66 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AR 001/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

Senhores Administradores: Em cumprimento à legislação vigente e normas estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31-12-2024.

BALANÇO PATRIMONIAL 2024

Classificação	Descrição	31/12/2024
1	ATIVO	1.738.489,51
1.1	CIRCULANTE	484.017,80
1.1.1	DISPONIBILIDADES	484.017,80
1.1.1.01	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.815,70
1.1.1.01.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.815,70
1.1.1.01.00.1	CAIXA	64.815,70
1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	419.202,10
1.1.1.02.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO	419.202,10
1.1.1.02.00.1	BANCO CONTA MOVIMENTO	419.202,10
1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE	914.005,71
1.3.1	CONTAS A RECEBER	914.005,71
1.3.1.01.00	CONTAS A RECEBER	914.005,71
1.3.1.01.00.1	CONTAS A RECEBER	914.005,71
1.3.2	PERMANENTE	340.466,00
1.3.2.01.00	IMOBILIZADO - BENS SEM RESTRIÇÃO	402.740,00
1.3.2.02.00.1	MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BENS SEM RESTRIÇÃO	72.000,00
1.3.2.03.00.1	VEÍCULOS - BENS SEM RESTRIÇÃO	220.000,00
1.3.2.04.00.1	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - BENS SEM RESTRIÇÃO	110.740,00
1.3.3	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	62.274,00
1.3.3.02	MÓVEIS	7.200,00
1.3.3.02.00.1	MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEPRECIAÇÃO	7.200,00
1.3.3.03	INSTALAÇÕES	11.074,00
1.3.3.03.00.1	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO	11.074,00
1.3.3.04	VEÍCULOS	44.000,00
1.3.3.04.00.1	VEÍCULOS - DEPRECIAÇÃO	44.000,00
2	PASSIVO	1.738.489,51
2.1	CIRCULANTE	192.759,10
2.1.2	VINCULADO AO FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS	119.329,10
2.1.2.01.00	FORNECEDORES	119.329,10
2.1.2.01.00.1	FORNECEDORES NACIONAIS	119.329,10
2.1.5	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	73.430,00
2.1.5.01.00	SERVIÇO PRESTADO A PAGAR	73.430,00
2.1.5.01.00.1	SERVIÇO PRESTADO A PAGAR	73.430,00
2.1.5.05	INSS	8.077,30
2.1.5.05.00	INSS	8.077,30
2.1.5.05.00.1	INSS A PAGAR	8.077,30
2.2	NÃO CIRCULANTE	80.960,00
2.2.8.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES	80.960,00
2.2.8.01.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	80.960,00
2.2.8.01.00.1	OUTRAS CONTAS A PAGAR	80.960,00
2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.464.770,41
2.3.1	CAPITAL SOCIAL E RESERVAS	538.000,00
2.3.1.01	CAPITAL SOCIAL E RESERVAS	538.000,00
2.3.1.01.00	CAPITAL SOCIAL E RESERVAS	538.000,00
2.3.1.01.00.1	CAPITAL SOCIAL E RESERVAS	538.000,00
2.3.2	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	926.770,41
2.3.5.01.00.4	SUPERAVIT ACUMULADO DO EXERCÍCIO	926.770,41

Poder Judiciario TJMA. Selo: REGTER029926WV7QJ5YDY0Y872UC46, 13/01/2025 15:08:26, Ato: 15.7.2, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83621, Total R$ 60,12 Emol R$ 54,18 FERC R$ 1,62 FADEP R$ 2,16 FEMP R$ 2,16 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926Z3WLYVDACKDBNO01, 13/01/2025 15:09:08, Ato: 15.22, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83621, Total R$ 72,05 Emol R$ 65,12 FERC R$ 1,87 FADEP R$ 2,53 FEMP R$ 2,53 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926DJ6JAUMZIB2ZVMM41, 13/01/2025 15:02:36, Ato: 15.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83621, Total R$ 40,52 Emol R$ 36,51 FERC R$ 1,09 FADEP R$ 1,46 FEMP R$ 1,46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: REGTER029926WOWVFN4P1HVB7E91, 13/01/2025 15:07:29, Ato: 15.7.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83621, Total R$ 95,36 Emol R$ 85,93 FERC R$ 2,57 FADEP R$ 3,43 FEMP R$ 3,43 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 4397983621 deste cartório registrado sob o nº
São Luís, 13 JAN 2025
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Letícia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AR 001/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

D.R.E - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

DESCRIÇÃO	2024
RECEITA DAS ATIVIDADES	
RECEITAS DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	**2.602.272,40**
RECEITA DE SERVIÇO	2.337.272,40
RECEITA COM DOAÇÃO E SUBVENÇÃO	265.000,00
RENUNCIA FISCAL	**85.310,44**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS	85.310,44
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(116.863,62)**
(-) ISS	(116.863,62)
CUSTOS	**(648.226,06)**
CUSTO DOS SERVIÇOS SOCIAIS E DE CAPACITAÇÃO	(353.648,82)
CUSTOS DOS SERVIÇOS NA SAÚDE	(166.545,43)
CUSTOS DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS	(128.031,80)
GRATUIDADES	**(585.912,15)**
AÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GRATUIDADE	(38.039,21)
GRATUIDADES SOCIAIS	(545.803,01)
CUSTO C/ VOLUNTARIADO	(2.069,93)
RECEITA LÍQUIDA	**1.336.581,02**
RESULTADO BRUTO	**1.336.581,02**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.675.501,99)**
DESPESAS COM PROGRAMAS	**(214.615,88)**
PROGRAMAS AÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	(179.556,80)
PROGRAMAS NA SAÚDE	(35.059,09)
PROGRAMAS EDUCACIONAIS	(11.686,36)
ISENÇÕES USUFRUÍDAS	**(224.141,18)**
COTA PATRONAL INSS	(176.232,00)
SAT RAT	(26.434,80)
TERCEIRO	(9.024,49)
ISENÇÕES USUFRUÍDAS COFINS	(12.449,89)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(1.236.744,93)**
DESPESA COM PESSOAL	**(888.862,12)**
SERVIÇO PRESTADO PESSOA FISICA	(881.160,00)
INSS	(41.186,20)
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	33.484,08
DESPESA COM ADMINISTRATIVO	**(344.538,09)**
TAXAS DIVERSAS	(13.011,36)
ENERGIA ELÉTRICA	(5.875,80)
TELEFONE E INTERNET	(3.360,00)
DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	(2.550,23)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE	(6.505,68)
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(780,68)
SISTEMA DE INFORMÁTICA E SOFTWARE	(13.011,36)
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(54.000,00)
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	(72.000,00)
ALUGUEL DE IMÓVEIS	(45.600,00)
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	(37.732,95)
TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO	(2.102,76)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(31.227,27)
DESPESAS C/ VOLUNTARIADO	(56.780,00)
DESPESA FINANCEIRA	**(3.344,72)**
TARIFA BANCÁRIA	(3.344,72)
RESULTADO OPERACIONAL	**926.770,41**
SUPERAVIT DO EXERCICIO	926.770,41

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA

FOLHAS. Nº_____
PROC. Nº AA 0021/26
RUBRICA (P)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CPF: 751.145.003-25

CRC MA – 011309/O-1

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 8362

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO 2024
Em Reais (R$)

Eventos	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT/SUPERAVIT ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	475.200,00	847.152,79	1.322.352,79
Ajustes de exercícios anteriores			
Saldo em 31/12/2024	538.000,00	926.770,41	1.464.770,41
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**1.013.200,00**	**1.773.923,20**	**2.787.123,20**

São Luis-MA, 31 de dezembro de 2024

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/96
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em Reais (R$)

	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado liquido do exercicio	926.770,41
Depreciações e amortizações	62.274,00
Geração Bruta de Caixa	**989.044,41**
Diminuição/Aumento impostos e contribuições a recolher	8.077,30
Diminuição/Aumento contas a pagar	80.960,00
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**112.597,30**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**876.447,11**
Aumento/Diminuição do investimentos	139.660,00
Aumento/Diminuição dos imobilizado	402.740,00
Aumento/Diminuição do intangivel	(62.274,00)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(82.614,00)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Variação no Exigivel a Longo prazo	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**959.061,11**
(+) Saldo Inicial de Caixa	**23.400,00**
(=) Saldo Final de Caixa	**64.815,70**
Aumento/Diminuição do saldo de Caixa	**88.215,70**

São Luis-MA, 31 de dezembro de 2024.

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 0021 26

RUBRICA _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

ANÁLISE POR QUOCIENTES

Índice de Liquidez Corrente (ILC):	AC / PC	=	2,51
Índice de Liquidez Geral (ILG) :	AC+ARLP / PC+PELP	=	5,11
Índice de Liquidez Seca (ILS) :	AC+EST. / PC	=	2,51
Índice de Liquidez Imediata(ILI)::	DISP. / PC	=	2,51
Índice de Solvência Geral (ISG):	AT / PC + PELP	=	6,35
Endividamento Total (ET)	PC + ELP / AT	=	0,16

São Luis-MA, 31 de dezembro de 2024

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 007/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCICIO 2024

Nota 01 - Contexto Operacional

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR; CNPJ 17.116.752/0001-15, com sua sede situada à Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edifício Fecomércio, Sala:16 Pavimento, Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís – MA, é pessoa jurídica do direito privado constituída sob a natureza de associação sem fins lucrativos, com foco no desenvolvimento institucional do setor público por meio de convênios, contratos de gestão e de contratos administrativos de cessão de mão de obra, buscando contribuir para a melhoria constante da qualidade dos serviços executados pela administração pública. O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** executa com recursos próprios ações e projetos de cunho social e promoção à saúde e educação, de forma integralmente gratuita, sem qualquer vinculação remunerada pelo Poder Público. Para a consecução de suas finalidades sociais o instituto promove em favor do desenvolvimento institucional dos entes públicos e de caráter privado, a gestão, o ensino, a pesquisa, a colaboração, consultoria, coordenação e execução de atividades visando: **I** - Promoção da assistência social; **II** - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; **III** - promoção da educação; **IV** - Promoção da saúde; **V** - Promoção da segurança alimentar e nutricional; **VI** - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; **VII** - Promoção do voluntariado; **VIII** - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX – Experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; **X** - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; **XI** - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; **XII** - Organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; **XIII** - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) **Base de Preparação e Apresentação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC n° 1.374/2011 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.
As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma.

b) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) **Demonstração de Resultados Abrangentes**
A instituição não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:
Conforme determina a Resolução do CFC n° 1.296/2010 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC n° 1.376/2011 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** optou por elaborar a DFC pelo método indireto.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c) Clientes e Outros Recebíveis:

Trata-se dos recebíveis em aberto dos contratos de prestação de serviços com os clientes. A Entidade não procedeu a constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa, por apresentar histórico de contas a receber totalmente recebíveis junto aos órgãos públicos.

d) imobilizado:

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

e) Passivo Circulante e Não Circulante:

Circulante – A classificação das contas classificados como circulantes quando: a) espera liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; c) o passivo for exigível no período de até dozes meses após a data das demonstrações contábeis; ou a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

Não circulante – A classificação das contas como não circulantes todos aqueles que não se classificam como sendo circulantes. Os itens classificados neste grupo foram avaliados pela administração e considerados que refletem a realidade na data das demonstrações dentro da melhor estimativa.

f) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g) Despesas e Receitas:

Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h) Apuração do Resultado:

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2023, segundo o Regime de Competência.

i) Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

j) Ações em Promoção Sociais:

O benefício concedido como gratuidade nas ações, foram reconhecidos pelo valor efetivamente praticado, ou seja, baseado no custo efetivo das atividades.

Importante ressaltar que tais ações foram executadas de forma gratuita e direta a população, sem contraprestação, e os recursos utilizados para essa finalidade foram recursos próprios do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** frutos do superávit do instituto, resultante da operação receitas menos os custos e despesas dos contratos de prestação de serviço.

l) Demonstração do Valor Adicionado

A instituição está dispensada da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado em conformidade com a ITG 2002 (R1).

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Instituição. O montante classificado como equivalente de caixa é determinado com base na projeção de caixa do **INSTITTUTO SINGULARE** e representa o montante a ser utilizado nos meses subsequentes.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

Contas	2023
Caixa	R$ 64.815,70
Banco conta movimento	R$ 430.216,60
Total	**R$ 495.032,30**

NOTA 05 – IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

Imobilizado sem Restrição	Saldo em 2024
Moveis e utensilios	R$ 72.000,00
Máquinas e equipamentos	R$ 110.740,00
Veiculos	R$ 220.000,00
Total	**R$ 402.740,00**
Depreciação	**Saldo em 2024**
(-) Depreciação - moveis utensílios	R$ 7.200,00
(-) Depreciação - máquinas equip.	R$ 11.074,00
(-) Depreciação - veiculos	R$ 44.000,00
Total	**R$ 62.274,00**
Total Imobilizado sem Restrição Líquido	**R$ 340.466,00**

NOTA 06 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Contas	2024
Serviços prestados	R$ 73.430,00
Encargos Sociais	R$ 11.014,50
Total	**R$ 84,444,50**

NOTA 07 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Contas	2024
Obrigações a Pagar -	R$ 80.960,00
(-) Juros e Encargos a Apropriar	-
Adiantamento de Cliente	-
Total	-

NOTA 08 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de Setembro de 2012, aprovando a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros -, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro apurado com base na menor remuneração estabelecida para a entidade, pelo número de componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como os responsáveis técnicos, os quais exercem suas funções sem qualquer tipo de remuneração.

NOTA 09 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado apurado no exercício 2023, Superávit de R$ 683.247,93, bem como, os resultados anteriores serão incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade a Resolução CFC nº. 1.296/2010 NBC TG 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 11 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea" c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, Inciso III, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei n° 9.532/2007, Lei Complementar n° 187/21.

NOTA 12- IMUNIDADES A SEREM USUFRUIDAS

A Entidade está buscando sua certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social em atendimento ao artigo 29 da Lei Complementar 187/2021, desta forma, demonstra-se os valores a serem usufruídos, conforme demonstrado na DRE e nas notas explicativas, a seguir demonstrado;

Doações	2024
INSS Patronal	176.232,00
Total	**176.232,00**

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

NOTA 13 – CUSTOS COM AÇÕES EM PROMOÇÃO SOCIOASSISTENCIAIS

No exercício de 2024, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** tem ofertado diretamente para o público em geral, e integralmente gratuitos e sem qualquer contraprestação, de forma continua e planejada, sem discriminação, portanto, de maneira universal, mediante um calendário de ações a serem desenvolvidas, e em obediência ao disposto no Art. 30, da Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021.

Para o custeio das ações e serviços em promoção socioassistenciais, importante ressaltar que tais ações **foram executadas (origem dos recursos) com recursos próprios do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR, frutos do superávit advindos dos contratos de cessão de mão de obra ou de prestação de serviços sem restrição,** resultante da operação receitas menos os custos e despesas dos contratos de prestação de serviço, além da receita liquida financeira conforme o caso.

NOTA 14 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** mantém contrato de prestação de serviços com o setor privado, para gestão que compreende o gerenciamento, operacionalização e execução de serviços de cessão de mão de obra, conforme detalhado abaixo.

NOTA 15 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A fim de cumprir suas finalidades e visando alcançar os melhores padrões de qualidade cientifica, técnica e profissional no desenvolvimento de suas finalidades, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, busca a auto sustentação econômica e financeira, mantendo para isso, onde lhe convier e de acordo com seus Planos de Ação.

Observação: Regulamento da Previdência Social. Art. 219. (...) § 1º (...) entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade fim da empresa, independentemente da natureza e da forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, entre outros. SCI Cosit nº 2/2012.

NOTA 16 – CRITÉRIOS QUE GARANTEM A NATAUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR.

O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, cumpre fielmente os critérios que garantem sua natureza jurídica de instituições sem fins lucrativos, ART. 14 do CTN, vejamos:

1. O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** não distribui entre seus associados ou diretores quaisquer parcela do patrimônio ou superavit, com base nas demonstrações contábeis que são elas: I- Balanço Patrimonial; II- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), III- Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido (DMPL), IV- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), os extratos bancários e os relatórios de pagamentos de folha do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, porém, mais precisamente na Demonstração do Resultado do Exercício, não se constata qualquer lançamento, a título de distribuição de lucros ou dividendos no período analisado (2022), todos os repasses se configuram em contraprestação de serviço, excluindo-se assim, quaisquer possibilidades de haver no período analisado distribuição de lucro. O que se pode verificar é que os superávits demonstrados nos documentos contábeis permaneceram na conta "Superávit do Exercício" ou "Superávit Acumulado"

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 002/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

vinculadas a conta Patrimônio Social" no Balanço Patrimonial, exatamente como determina as normas brasileiras ITG 2002 (R1) aplicáveis às entidades do terceiro setor e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2. Os recursos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** são aplicados integralmente no país, na manutenção dos seus objetivos institucionais. Conforme pode se verificar dos documentos contábeis e dos extratos bancários, fica evidente que durante todo o período analisado não há qualquer parcela dos recursos do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** remetidos ao exterior. As instituições financeiras com as quais o instituto manteve relacionamento durante o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, tanto com relação a conta corrente e/ou contas de investimento foram o Banco do Brasil, Banco Bradesco, todas essas instituições são nacionais. Ao analisar as movimentações financeiras e as relações da entidade, pôde-se constatar, que nenhum de seus fornecedores e/ou clientes são estrangeiros. Que em sua totalidade os clientes do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** são órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e/ou federal e os fornecedores todos são nacionais. Com relação a aplicação dos recursos fica claro que todos os recursos do instituto já utilizados foram integralmente aplicados e consumidos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Não há evidência de qualquer parcela consumida em atividade distinta do que trata o estatuto da entidade.

3. O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão. A ITG 2002 (R1) é a norma que regulamenta a contabilidade das entidades do terceiro setor no Brasil, abrangendo instituições de assistência social, entidades religiosas, partidos políticos, sindicatos, entidades de cunho cultural, entre outras. A escrituração das receitas e despesas do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** é capaz de assegurar a sua exatidão em razão de estarem de acordo com as normas técnicas de contabilidade supracitas e as normas internacionais de contabilidade (IFRS). A entidade é obrigada a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), tendo transmitido, a partir de 2022 essas obrigações. Ademais, cabe ressaltar que tem toda a sua escrituração contábil lançada em software adequado, tendo utilizado o sistema Domínio Sistemas, em todo o período analisado. Este software tem ênfase na parametrização e automatização dos módulos financeiro, contábil, fiscal e pessoal, de onde não somente realiza a sua contabilidade, como também emite seus respectivos demonstrativos que formam a base de seus livros contábeis.

São Luis – MA, 31 de dezembro de 2024.

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AR 001 / 26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93059

Livro Diário – Número: 5

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro folhas numeradas, emitidas através de processamento eletrônico de dados, que **servirá de Livro Diário** da empresa abaixo descrita, para o exercício social encerrado em **31/12/2025**.

Nome da Empresa:	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ:	17.116.752/0001-15
Ramo de Atividade:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço:	Av. dos Holandeses/Cons. Hilton Rodrigues, 18
Complemento:	Edif. Fecomércio, Sala 16
Bairro:	Calhau
Município:	São Luís
Estado:	MA
Inscrição no CNPJ:	17.116.752/0001-15
Inscrição Estadual:	—
Inscrição Municipal:	—
Encerramento do Exercício:	31/12/2025

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 43979 93059 deste cartório e Registrado sob o nº
São Luís, 10 JUN 2025
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Caitano dos Santos Pestana
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

São Luís – MA, 01 de janeiro de 2025

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES Reg. no CRC-MA sob o nº 008831-O8 CPF: 749.326.323-04	**MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA** PRESIDENTE CPF: 751.145.003-25

Poder Judiciário TJMA Selo PRETO70928KXA/HYDGE0AKYK62, 10/06/2025 09:52:51. Ato: 15.1. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93059. Total R$ 42,60 Emol R$ 36,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo REGTER0299295E3QT7Q4CH172445, 10/06/2025 09:54:44. Ato: 15.7.1. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93059. Total R$ 100,27 Emol R$ 69,62 FERC R$ 2,69 FADEP R$ 3,58 FEMP R$ 3,58 FERRFIS R$ 0,90 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo ARQJV0099644GERAL V9F80216, 10/06/2025 09:55:19. Ato: 15.22. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93059. Total R$ 13,64 Emol R$ 12,34 FERC R$ 0,38 FADEP R$ 0,50 FEMP R$ 0,50 FERRFIS R$ 0,12 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 0021 26
RUBRICA

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93059

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
REGISTRO..... : MA-008831/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.326.323-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 05/06/2026 as 15:08:09.
Válido até: 03/09/2026.
Código de Controle: 6717124.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 007/26

RUBRICA

Livro nº 004
Folha 001
Data: 09/01/2025

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83622

LIVRO DIÁRIO

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro 12 (doze) páginas numeradas eletronicamente, do nº 001 a 012 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como livro diário nº 004, referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, estabelecida na Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edifício Fecomércio, Sala:16 Pavimento, Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís – MA , inscrita no CNPJ sob o nº 17.116.752/0001-15 e registrado no cartório de Cantuária de Azevedo de registro de pessoas jurídicas de sob o nº 43979.

São Luis-/MA, 01 de janeiro de 2024.

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRTETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

Poder Judiciario TJMA. Selo:
PRENOT029926HLIAVQ4UH3M5MA95, 13/01/2025 15:14:08, Ato: 15.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83622, Total R$ 40,52 Emol R$ 36,51 FERC R$ 1,09 FADEP R$ 1,46 FEMP R$ 1,46
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo:
REGTER029926E0M2FJDUIZ9M2O460, 13/01/2025 15:15:51, Ato: 15.7.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83622, Total R$ 95,36 Emol R$ 85,93 FERC R$ 2,57 FADEP R$ 3,43 FEMP R$ 3,43
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo:
ARQUIV029926V5R9A4DKR25YTO54, 13/01/2025 15:16:35, Ato: 15.22, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83622, Total R$ 13,10 Emol R$ 11,84 FERC R$ 0,34 FADEP R$ 0,46 FEMP R$ 0,46
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUARIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 43979 registrado sob o nº 83622 deste cartório
São Luis, 13 JAN 2025
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº:
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA
Livro nº 004
Folha 012
Data: 09/01/2025

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ: 17.116.752/0001-15

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83623

LIVRO DIÁRIO

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém este livro 12 (doze) páginas numeradas eletronicamente, do nº 001 a 012 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como livro diário nº 004, referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, com encerramento do exercício social em 31/12/2024, do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, estabelecida na Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edifício Fecomércio, Sala:16 Pavimento, Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.116.752/0001-15 e registrado no cartório de Cantuária de Azevedo de registro de pessoas juridicas de sob o nº 43979.

São Luis-/MA, 31 de dezembro de 2024.

Marcio Roberto da Silva Ferreira
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

Louriana Gomes da Silva
CONTADORA
CRC MA – 011309/O-1

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926NEM753MUVG7V5A65, 13/01/2025 15:23:12. Ato: 15.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83623, Total R$ 40,52 Emol R$ 36,51 FERC R$ 1,09 FADEP R$ 1,46 FEMP R$ 1,46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: REGTER029926?0WG8SDNVPTCI455, 13/01/2025 15:24:58. Ato: 15.7.1, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83623, Total R$ 95,36 Emol R$ 85,93 FERC R$ 2,57 FADEP R$ 3,43 FEMP R$ 3,43 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926TSYUM0MCEOTCIE09, 13/01/2025 15:25:41. Ato: 15.22, Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-83623, Total R$ 13,10 Emol R$ 11,84 FERC R$ 0,34 FADEP R$ 0,46 FEMP R$ 0,46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no
Reg. nº 43979 deste cartó
registrado sob o nº 83623
São Luís, 13 JAN 2025
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83623

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	LOURIANA GOMES DA SILVA
REGISTRO..... :	MA-011309/O-1
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.280.983-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 06/01/2025 as 15:48:47.
Válido até: 06/04/2025.
Código de Controle: 397110.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83622

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	:	LOURIANA GOMES DA SILVA
REGISTRO.....	:	MA-011309/O-1
CATEGORIA.....	:	CONTADOR
CPF.....	:	***.280.983-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 06/01/2025 as 15:48:47.
Válido até: 06/04/2025.
Código de Controle: 397110.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS. Nº
PROC. Nº 08 2021 16
RUBRICA

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 83621

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	LOURIANA GOMES DA SILVA
REGISTRO..... :	MA-011309/O-1
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.280.983-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 06/01/2025 as 15:48:47.
Válido até: 06/04/2025.
Código de Controle: 397110.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS. Nº_____
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 86513

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, obedecendo o que lhe preceitua os Estatutos Sociais da Entidade, convoca:

Todos os associados em dia com suas obrigações sociais a participarem de uma reunião de Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 09 de janeiro de 2025 às 09h30mim, em primeira convocação com metade mais um dos associados em dia com suas obrigações sociais ou com qualquer número de associados às 10h30mim em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2024.

São Luis-MA, 10 de dezembro de 2024.

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

Poder Judiciario TJMA Selo PRENOT02992BL86VWUMM2BO7A19 25/06/2025 10:42:56 Ato: 15.1. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-86513. Total R$ 40.52 Emol R$ 36.51 FERC R$ 1.09 FADEP R$ 1.46 FEMP R$ 1.46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA Selo AVERBA02992621UTU5VHSM3W9442 25/06/2025 10:43:27. Ato: 15.9.1. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-86513. Total R$ 97.16 Emol R$ 87.54 FERC R$ 2.62 FADEP R$ 3.50 FEMP R$ 3.50 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA Selo ARQUIV02992E6BOKEVZQ9MB7400. 25/06/2025 10:43:40. Ato: 15.22. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-86513. Total R$ 6.56 Emol R$ 5.92 FERC R$ 0.17 FADEP R$ 0.23 FEMP R$ 0.23 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 43979 86513 deste cartório e registrado sob o nº
São Luis, 25 JUN 2025
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianga Lorena Vale Mendes
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 86514

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR PARA APROVAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO DO 2024.

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09h30mim, na sede, situada na Avenida dos Holandeses/Cons. Hilton, Nº 18, Edificio Fecomércio, Sala:16 Pavimento, Tipo 01, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís – MA, reuniram-se ordinariamente os membros do conselho fiscal, estavam presentes o Sra. Renata Borges Lima, Sra. Kariadine de Maria Nascimento Pachêco Maia e o Sr. Carlos Gabriel trindade Santos, assim como o o Diretor Presidente Sr. Marcio Roberto da Silva Ferreira a Diretora Financeira Sar. Gleiciane Patricia de Sousa a Diretora Administrativa Sra. Sandra Regina Silva Santos, atendendo a convocação divulgada em edital afixado na sede do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** no dia 10 de dezembro de 2024, e como convidade a Sra Louriana Gomes da Silva, Contadora, foram eleitos por aclamação o Sr. Marcio Roberto da Silva Ferreira, para Presidir a asembléia e a Sra. Sandra Regina Silva Santos para secretaria, respectivamente. Instalada a mesa, foi efetuada a leitura do relatório da diretoria, do balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras. Em seguida a Assembléia que discutiu, examinou e aprovou por unanimidade as contas do exercicio financeiro de 2024; em seguida, deliberou que o superávit do exercicio de 2024 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, sendo assim o conselheiros emitiram e assinaram o Parecer do Conselho Fiscal, nesta data, como nada mais havia a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos e mandou lavrar a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelo presidente e secretária da assembléia e pelos presentes.

Poder Judiciario TJMA. Selo AVERBAÇÃO/REGISTRO:2426302/TFM70. 25/06/2025 10:44:01. Ato: 15.1. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR. Total R$ 40,52 Emol R$ 36,51 FERC R$ 1,09 FADEP R$ 1,46 FEMP R$ 1,46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUARIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no deste cartório
Reg nº 43979 sob o nº 86514
São Luis, 22 JUN /26
Dr José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Celiane dos Santos Pestana
Lianna Lorena Vale Mendes
Lucyane Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Marcio Roberto da Silva Ferreira
Presidente da Assembléia

Sandra Regina Silva Santos
Secretário da Assembléia

ASSINATURA DOS PRESENTES:

Marcio Roberto da Silva Ferreira: _____

Sandra Regina Silva Santos: _____

Gleiciane Patricia De Sousa: _____

Renata Borges Lima: _____

Kariadine de Maria Nascimento Pachêco Maia: _____

Carlos Gabriel trindade Santos: _____

Louriana Gomes da Silva: _____

Poder Judiciario TJMA. Selo AVERBAÇÃO/REGISTRO:2426302/TFM70. 25/06/2025 10:45:47. Ato: 15.9.2. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR. Total R$ 40,64 Emol R$ 36,64 FERC R$ 1,09 FADEP R$ 1,46 FEMP R$ 1,46 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo AVERBAÇÃO/REGISTRO:2426309. 25/06/2025 10:45:59. Ato: 15.22. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR. Total R$ 19,65 Emol R$ 17,76 FERC R$ 0,53 FADEP R$ 0,69 FEMP R$ 0,69 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo AVERBAÇÃO/REGISTRO:2426303. 25/06/2025 10:45:18. Ato: 15.9.1. Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR. Total R$ 97,16 Emol R$ 87,96 FERC R$ 2,62 FADEP R$ 3,50 FEMP R$ 3,50 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 002/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 86514

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** e em conformidade com a l'egislação vigente, apresentam à insigne Assembléia Geral, para apreciação e aprovação o nosso parecer relativo ao exercício de 2024 encerrado aos 31 dias do mês de Dezembro.

Após minucioso exame dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais e à nós encaminhados pela diretoria do Instituto, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução.

Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** reconhecem e atestam a precisão do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do fluxo de caixa e Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício de 2024, apresentado e, propõem a sua integral aprovação, com voto de louvor.

CONSELHO FISCAL:

Renata Borges Lima
Presidente do Conselho Fiscal

Kariadine de Maria N. Pachêco Maia
Membro – Titular

Carlos Gabriel Trindade Santos
Membro – Titular

São Luis/MA, 09 de janeiro de 2024.

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 007/16

RUBRICA _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.115.752/0001-15

AV DOS HOLANDESES/CONS HILTON RODRIGUES, 18, EDIF FECOMERCIO SALA 16, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP 65071-380

BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 9306

Descrição		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		**4.534.931,05**	**1.398.023,51**
Disponibilidades		840.606,78	484.017,80
Caixa Geral		1.561,04	64.815,70
Bancos Conta Movimento		34.487,71	419.202,10
Aplicações de Liquidez Imediata		804.560,03	—
Realizáveis a Curto Prazo		3.694.322,27	914.005,71
Clientes		3.632.167,20	914.005,71
Tributos a Recuperar (ISS)		62.155,07	—
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**278.192,00**	**340.466,00**
Imobilizado – Aquisição		402.740,00	402.740,00
(-) Depreciação Acumulada		(124.548,00)	(62.274,00)
TOTAL DO ATIVO		**4.813.123,05**	**1.738.489,51**
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		**1.352.251,22**	**273.719,10**
Fornecedores		—	119.329,10
Obrigações Trabalhistas		1.174.763,35	—
Obrigações com Encargos Sociais		207.971,52	—
Obrigações Fiscais		79,52	—
Adiantamento de Clientes		(30.592,66)	—
Outras Contas a Pagar		—	154.390,00
Outras Obrigações – Circulante		29,49	—
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL			
Fundo Institucional		538.000,00	538.000,00
Superávit Acumulado		926.770,41	2.919.871,83
Ajuste de Exercícios Anteriores		—	3.000,00
TOTAL DO PASSIVO + PLS		**4.813.123,05**	**1.738.489,51**

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento foi apresentado e AVERBADO no Reg. nº 9306 1 deste cartório e Registrado em 10 JUN 2026
São Luís,
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Caliana dos Santos Pestana
Luyvana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

São Luís, 31 de dezembro de 2025

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
PRESIDENTE
CPF: 751.145.303-25

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
Reg. CRC-MA nº 009831/O-8
CPF: 748.326.323-04

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 002/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

AV DOS HOLANDESES/CONS HILTON RODRIGUES, 18, EDIF FECOMERCIO SALA 16, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP 65071-380

COEFICIENTES DE ANÁLISE

Em 31/12/2025

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Índice	Fórmula	Valores	Resultado
Liquidez Geral	(AC + RLP) / (PC + PNC)	**4.534.931,05 / 1.352.251,22**	**3,35**
Liquidez Corrente	AC / PC	4.534.931,05 / 1.352.251,22	3,35
Liquidez Seca	(AC – Estoque) / PC	**4.534.931,05 / 1.352.251,22**	**3,35**
Solvência Geral	Ativo Total / (PC + PNC)	4.813.123,05 / 1.352.251,22	3,56
Endividamento Geral	(PC + PNC) / Ativo Total	**1.352.251,22 / 4.813.123,05**	**0,28**

Legenda: AC = Ativo Circulante | PC = Passivo Circulante | RLP = Realizável a Longo Prazo | PNC = Passivo Não Circulante

São Luís, MA 31 de dezembro de 2025

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
Reg. CRC-MA nº 008831-O8
CPF: 749.326.323-04

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 007/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

AV DOS HOLANDESES/CONS HILTON RODRIGUES, 18, EDIF FECOMERCIO SALA 16, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP 65071-380

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Descrição	Fundo Institucional	Superávit Acumulado	Ajuste Exerc. Anteriores	Total
Saldo em 31/12/2024	538.000,00	926.770,41	—	**1.464.770,41**
Ajustes de Exercícios Anteriores	—	—	(464.202,10)	(464.202,10)
Superávit Líquido do Exercício	—	1.993.101,42	467.202,10	2.460.303,52
Saldo em 31/12/2025	**538.000,00**	**2.919.871,83**	**3.000,00**	**3.460.871,83**

São Luís, MA 31 de dezembro de 2025

MÁRCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

GLAUBER MÁRCIO LOUZEIRO MENDES
Reg. CRC-MA nº 008831-O6
CPF: 749.326.323-04

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 9306

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 002/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

AV DOS HOLANDESES/CONS HILTON RODRIGUES, 18, EDIF FECOMERCIO SALA 16, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP 65071-380

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Descrição	Valor (R$)
RECEITAS	
Receita Bruta de Serviços	**21.556.390,29**
(-) ISS	(1.034.724,83)
Receita Liquida	**20.521.665,46**
CUSTOS	
(-) Custos dos Serviços Prestados	(5.437.680,84)
Resultado Bruto	**15.083.984,62**
DESPESAS OPERACIONAIS	
Total Despesas Operacionais	**(12.623.681,10)**
Despesas Trabalhistas / Pessoal	(4.926.775,73)
Pagamentos a Serviços Terceiros	(2.322.850,40)
Projetos e Programas Sociais	(232.745,44)
Despesas Administrativas	(5.102.743,18)
Despesas Tributárias	(1.707,99)
RESULTADO FINANCEIRO (+/-)	
Juros e Multas Passivas	(1.956,08)
Tarifas Bancárias	(34.902,28)
Total Resultado Financeiro	**(36.858,36)**
RESULTADO	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**2.460.303,52**

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

São Luís, MA 31 de Dezembro de 2025

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
Reg. CRC-MA nº 008831-O8
CPF: 749.326.323-04

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 0021 26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES, 18, EDIF FECOMERCIO SALA 16, CALHAU, SÃO LUÍS/MA, CEP 65071-380

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método Indireto

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025 | NBC TG 03 (R3) / CPC 03

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Descrição	R$
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit do exercício	**2.460.303,52**
Ajustes – Itens não monetários	
(+) Depreciação e amortização	62.274,00
Ajustes – Variação do Capital de Giro	
(+) Redução de Clientes (recebimentos)	2.718.161,49
(+) Redução de Tributos a Recuperar (ISS)	62.155,07
(-) Redução de Adiantamentos de Clientes	(30.592,56)
(+) Aumento de Fornecedores	119.329,10
(-) Liquidação de Obrig. Trabalhistas (saldo 2024)	(1.174.763,35)
(-) Liquidação de Encargos Sociais (saldo 2024)	(207.971,52)
(-) Liquidação de Obrigações Fiscais (saldo 2024)	(79,52)
(+) Aumento de Outras Contas a Pagar	154.390,00
(-) Liquidação de Outras Obrigações (saldo 2024)	(29,49)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**4.163.176,64**
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de imobilizado (sem variação no período)	—
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	—
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Captação / amortização de empréstimos	—
Aportes ao fundo institucional	—
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	—
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes (01/01/2025)	**840.608,78**

FOLHAS. Nº_____

PROC. Nº AA 007/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Caixa Geral (Caixa Matriz)	1.561,04
Bancos Conta Movimento	34.467,71
Aplicações de Liquidez Imediata	804.560,03
Variação Líquida do Período (')	**(356.590,98)**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes (31/12/2025)	**484.017,80**
Caixa Geral (Caixa Matriz)	64.815,70
Bancos Conta Movimento	419.202,10
Aplicações de Liquidez Imediata	

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

São Luís, 31 de Dezembro de 2025

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA
PRESIDENTE
CPF: 751.145.003-25

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
Reg. CRC-MA nº 008831-O8
CPF: 749.326.323-04

FOLHAS. Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

CNPJ: 17.116.752/0001-15

Av. dos Holandeses/Cons. Hilton Rodrigues, 18, Edif. Fecomércio, Sala 16, Calhau – São Luís/MA – CEP 65071-380

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Nota 1 – Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Social Reconstruir, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituído sob a forma de associação civil, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.116.752/0001-15, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços sociais, assistenciais, educacionais e de saúde, atuando no âmbito de programas e projetos sociais públicos e privados.

A entidade desenvolve suas atividades por meio de contratos e convênios celebrados com órgãos públicos e entidades privadas, prestando serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação, com atuação predominante no Estado do Maranhão.

No exercício de 2025, o Instituto auferiu Receita Bruta de R$ 21.556.390,29, proveniente exclusivamente da prestação de serviços, encerrando o período com Superávit de R$ 2.460.303,52.

Nota 2 – Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial:

- NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (aplicada por analogia às entidades do Terceiro Setor);
- Resolução CFC n.º 1.409/2012 – ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro;
- Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores, no que couber.

Os direitos e obrigações estão demonstrados por valores históricos. O regime de competência é adotado para reconhecimento de receitas e despesas, independentemente de seus recebimentos ou pagamentos.

As presentes demonstrações contábeis abrangem o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, com informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nota 3 – Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

Representadas pelos saldos em caixa, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. No exercício de 2025, os saldos de disponibilidades apresentaram a seguinte composição:

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 9306

Descrição	31/12/2025 (R$)
Caixa Geral (Caixa Matriz)	64.815,70
Bancos Conta Movimento	419.202,10
Aplicações de Liquidez Imediata	—
Total Disponibilidades	484.017,80

No exercício de 2024, o saldo de disponibilidades era de R$ 840.608,78, incluindo aplicações financeiras de R$ 804.560,03 (Aplicação BB Rende Fácil, OuroCap e Título de Capitalização Caixa), encerradas no decorrer de 2025.

b) Contas a Receber – Clientes

Registradas pelo valor original dos contratos e convênios, deduzidas de provisões para perdas esperadas, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Clientes era de R$ 914.005,71 (2024: R$ 3.632.167,20), representando valores a receber pela prestação de serviços já realizados e ainda não liquidados pelos contratantes.

c) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais:

Grupo	Taxa Anual	Vida Útil
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.	10 anos
Móveis e Utensílios	10% a.a.	10 anos
Veículos	20% a.a.	5 anos

A depreciação acumulada registrada no exercício de 2025 foi de R$ 62.274,00 (2024: R$ 124.548,00 acumulada). O valor líquido do imobilizado em 31/12/2025 é de R$ 340.466,00 (2024: R$ 278.192,00).

d) Obrigações de Curto Prazo

Registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Em 31/12/2025, o Passivo Circulante totalizou R$ 273.719,10, composto por:

- Fornecedores: R$ 119.329,10 – obrigações com prestadores de serviços ainda não liquidadas;
- Outras Contas a Pagar: R$ 80.960,00 – demais obrigações de curto prazo;
- Serviços Prestados a Pagar: R$ 73.430,00 – serviços incorridos e ainda não pagos.

Em 2024, o passivo circulante era de R$ 1.352.251,22, substancialmente composto por obrigações trabalhistas (R$ 1.174.763,35) e encargos sociais (R$ 207.971,52), integralmente liquidadas no decorrer de 2025.

e) Receitas e Despesas

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seus recebimentos ou pagamentos efetivos. As receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços contratados, conforme termos dos respectivos contratos e convênios.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Nota 4 – Imobilizado

A movimentação do imobilizado no exercício de 2025 foi a seguinte:

Descrição	Saldo 31/12/2024	Adições	Depreciação 2025	Saldo 31/12/2025
Máquinas e Equipamentos	110.740,00	—	(11.074,00)	99.666,00
Móveis e Utensílios	72.000,00	—	(7.200,00)	64.800,00
Veículos	220.000,00	—	(44.000,00)	176.000,00
(-) Deprec. Acumulada	(124.548,00)	—	(62.274,00)	(62.274,00)
Total Líquido	**278.192,00**	—	**(62.274,00)**	**340.466,00**

Não houve aquisições nem baixas de imobilizado no exercício de 2025. A variação do valor líquido entre os exercícios decorre exclusivamente da depreciação acumulada.

Nota 5 – Patrimônio Líquido Social

O Patrimônio Líquido Social do Instituto em 31/12/2025 totalizou R$ 3.460.871,83, composto conforme segue:

Descrição	Valor (R$)
Fundo Institucional	538.000,00
Superávit Acumulado	2.919.871,83
Ajuste de Exercícios Anteriores	3.000,00
Total do Patrimônio Líquido Social	3.460.871,83

O Fundo Institucional, no montante de R$ 538.000,00, permaneceu inalterado em relação ao exercício anterior, representando os recursos aportados para sustentação das atividades institucionais da entidade.

O Superávit Acumulado aumentou de R$ 926.770,41 em 2024 para R$ 2.919.871,83 em 2025, em razão do Superávit apurado no exercício de R$ 2.460.303,52, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

O saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores de R$ 3.000,00 refere-se a correções de registros contábeis de períodos anteriores, reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido em conformidade com a ITG 2002 (R1).

Nota 6 – Receitas da Prestação de Serviços

A receita bruta de R$ 21.556.390,29 é proveniente integralmente de contratos de prestação de serviços nas áreas social, de saúde e educacional, celebrados com órgãos públicos e entidades privadas.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Sobre a receita bruta incidiu ISS no montante de R$ 1.034.724,83, resultando em Receita Líquida de R$ 20.521.665,46.

Não há receitas de outras fontes (doações recebidas com restrição, subvenções governamentais ou receitas financeiras relevantes) no exercício.

Nota 7 – Despesas Operacionais

As despesas operacionais do exercício de 2025 totalizaram R$ 12.623.681,10, assim compostas:

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93068

Grupo de Despesa	Valor (R$)
Despesas Trabalhistas / Pessoal	4.926.775,73
Pagamentos a Serviços Terceirizados (PF)	2.322.850,40
Projetos e Programas Sociais	232.745,44
Despesas Administrativas	5.102.743,18
Despesas Tributárias	1.707,99
Total Despesas Operacionais	12.623.681,10

As despesas trabalhistas abrangem salários e ordenados (R$ 3.769.822,52), 13.º salário, férias, aviso prévio, hora extra, FGTS, indenizações e alimentação, relativas ao quadro de colaboradores da entidade.

As despesas administrativas incluem honorários contábeis (R$ 162.500,00), seguros (R$ 128.002,36), depreciação (R$ 62.274,00 – item não monetário), combustível (R$ 43.489,52), serviços de PJ (R$ 92.298,59) e outras despesas operacionais necessárias ao funcionamento institucional.

Os projetos e programas sociais (R$ 232.745,44) referem-se a gastos diretos em ações de assistência social (R$ 134.647,94), saúde (R$ 60.554,70) e educação (R$ 37.542,80).

Nota 8 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo de R$ (36.858,36) é composto por:

- Juros e multas passivas: R$ (1.956,08);
- Tarifas bancárias: R$ (34.902,28).

Não há receitas financeiras relevantes no exercício de 2025.

Nota 9 – Transações com Partes Relacionadas

No exercício de 2025, não foram identificadas transações relevantes com partes relacionadas que exijam divulgação específica, além das remunerações dos dirigentes, contabilizadas nas despesas trabalhistas e administrativas.

Nota 10 – Garantias Prestadas a Terceiros e Passivos Contingentes

A administração do Instituto, assessorada por seus consultores jurídicos e contábeis, não identificou passivos contingentes de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou cível que

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

requeiram registro ou divulgação relevante nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Não há garantias prestadas a terceiros nem responsabilidades eventuais registradas ou divulgadas para o período.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Nota 11 – Eventos Subsequentes

A administração do Instituto declara que não há fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações contábeis (05 de junho de 2026) que possam afetar significativamente a situação patrimonial, financeira ou os resultados futuros da entidade, além daqueles já reconhecidos ou divulgados nestas notas.

Nota 12 – Outras Informações Relevantes

Enquadramento Tributário

O Instituto de Desenvolvimento Social Reconstruir por ser entidade sem fins lucrativos, goza de insenção tributária sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Liquido (CSLL) e, em alguns casos, contribuições sociais como a COFINS, conforme dispõe a legislação tributária vigente para entidades de assistência social certificadasou qualificadas no termos da legislação legislação específica.

A renuncia fiscal atribuida à entidade decorre das seguintes normativas:

- IRPJ e CSLL: Insenção conforme art. 15 da lei nº 9.532/1997 e art. 174 da do Decreto n° 9.580/2018 (RIR/2018);
- Imunidade tributária conforme artigo 150 da Constituição Federal de 1988;
- COFINS: Possibilidade de Isenção confiorme art. 14, inciso X, da MP nº 2.158-35/2001, para entidades beneficentes com fins sociais.

Metodologia:

A estimativa do beneficio fiscal é feita com base na Demonstração do Rsultado do Exercício – DRE de 2025. Como a entidade está dispensada de recolher tais tributos em razão de sua natureza, calcula-se o valor que seria devido caso o instituto não gozase da isenção tributária.

A base utilizada para estimativa considera:

O resultado contábil antes dos tributos sobre o lucro: R$ 2.460.303,52 a receita bruta: R$ 21.556.390,29.

Assim no exercício social findo em 31/12/2025 o Instituto de Desenvolvimento Social Reconstruir usufruiu dá isenções/imunidades tributárias referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Liquído (CSLL) e COFINS sobre a Receita Bruta. Os valores das renúncias fiscais foram as seguintes:

Tributo	Base de Cálculo	Alíquota	Valor estimado de Renúncia em R$
IRPJ	R$ 2.460.303,52	15%+10% sobre o valor excedrte	R$ 591.075,87
CSLL	R$ 2.460.303,52	9%	R$ 221.427,31
COFINS	-	7,60%	R$ 1.838.286,66
Total Estimado	-	-	R$ 2.450.788,84

FOLHAS. Nº
PROC. Nº 00 001 | 26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

Conforme evidenciado acima, o Instituto de Desenvolvimento Social Reconstruir obteve uma renúncia fiscal no valor bruto de R$ 2.450.788,84 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93061

Número de Colaboradores

No exercício de 2025, a entidade manteve equipe de colaboradores cujas remunerações totalizaram R$ 3.769.822,52, além de pagamentos a trabalhadores autônomos e prestadores de serviços pessoas físicas no valor de R$ 2.322.850,40.

Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. A administração do Instituto avaliou sua capacidade de continuidade e não identificou incertezas materiais que possam lançar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações da entidade.

São Luís – MA, 31 de Dezembro de 2025

MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA PRESIDENTE CPF: 751.145.003-25	**GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES** Contador – CRC-MA nº 008831-O8 CPF: 749.326.323-04

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 007/26

RUBRICA

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 9306

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
REGISTRO..... : MA-008831/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.326.323-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 05/06/2026 as 15:08:09.
Válido até: 03/09/2026.
Código de Controle: 6717124.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Livro Diário – Número 5

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nº 93062

Contém este livro folhas numeradas, emitidas através de processamento eletrônico de dados, que **serviu de Livro Diário** da empresa abaixo descrita no período de **01/01/2025 a 31/12/2025.**

Nome da Empresa:	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR
CNPJ:	17.116.752/0001-15
Ramo de Atividade:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço:	Av. dos Holandeses/Cons. Hilton Rodrigues, 18
Complemento:	Edif. Fecomércio, Sala 16
Bairro:	Calhau
Município:	São Luís
Estado:	MA
Inscrição no CNPJ:	17.116.752/0001-15
Inscrição Estadual:	—
Inscrição Municipal:	—
Periodo:	01/01/2025 a 31/12/2025

CANTUARIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 43979 deste cartório e Registrado sob o nº 93062
São Luís, 10 JUN 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Carlene dos Santos Pastana
Lucyane Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

São Luís – MA, 31 de dezembro de 2025.

Poder Judiciário TJMA Selo PHLNOT029926OI SI YDFC2BOT807, 10/06/2026 10:10:13. Ato: 15.1. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93062. Total R$ 42,60 Emol R$ 38,04 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,92 FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES Reg. no CRC-MA-sob o nº 008831-O8 CPF: 749.326.323-04	**MARCIO ROBERTO DA SILVA FERREIRA** PRESIDENTE CPF: 751.145.003-25

Poder Judiciário TJMA Selo REGTER029926YQVFPALAUN2061, 10/06/2026 10:10:34. Ato: 15.7.1. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93062. Total R$ 100,27 Emol R$ 85,52 FERC R$ 2,56 FADEP R$ 3,58 FEMP R$ 3,58 FERRFIS R$ 0,90 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo ARQLEVO29926VESCKHMDO5MVPDOMA, 10/06/2026 10:10:45. Ato: 15.22. Parte(s): INST DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ-93062. Total R$ 13,64 Emol R$ 12,34 FERC R$ 0,38 FADEP R$ 0,58 FEMP R$ 0,60 FERRFIS R$ 0,12 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 0021 26

RUBRICA _____

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93062

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : GLAUBER MARCIO LOUZEIRO MENDES
REGISTRO..... : MA-008831/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.326.323-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 05/06/2026 as 15:08:09.
Válido até: 03/09/2026.
Código de Controle: 6717124.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS Nº
PROC. Nº AA 001/26
RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93748

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR**, obedecendo o que lhe preceitua os Estatutos Sociais da Entidade, convoca:

Todos os associados em dia com suas obrigações sociais a participarem de uma reunião de Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 09 de junho de 2026 às 09:30h, em primeira convocação com metade mais um dos associados em dia com suas obrigações sociais ou com qualquer número de associados às 10:30h em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I – APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2025.

II – LEITURA DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

III – DELIBERAÇÃO SOBRE A APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2025

São Luis-MA, 07 de Maio de 2026

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR

Marcio Roberto da Silva Ferreira

Diretor / Presidente

CPF: 751.145.003-25

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no
Reg. nº 43979 desta cartório e
Registrado sob o nº 93748
São Luis, 10 JUL 2026
Dr José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Souza Rodrigues
Celiane dos Santos Pereira
Lucyéne Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AR 002/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93750

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

Aos 09 dias do mês de Junho de 2026, às 10:30 horas, na sede do Instituto de Desenvolvimento Social Reconstuir situada à Av dos Holandeses / Cons Hilton Rodrigues,Nº 18, Edifício Fecomércio, Sala 16 pavimento Tipo 1, Bairro Calhau, CEP 65.071-380, São Luis-MA realizou-se a Assembleia Geral Ordinária, regularmente convocada na forma prevista pelo Estatuto Social, com a presença dos associados constantes da lista de presença anexa, atendendo a convocação divulgada em Edital afixado na sede do Instituto de Desenvolvimento Social Reconstruir no dia 07 de Maio de 2026

Assumiu a presidência dos trabalhos o(a) Sr.Marcio Roberto da Silva Ferreira, que convidou a Sra Gleiciane Patricia de Sousa para secretariar a reunião.

Verificada a existência de quórum estatutário, o Presidente declarou aberta a Assembleia e apresentou a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Financeiras referentes ao exercício de 2025;
2. Leitura do Parecer do Conselho Fiscal;
3. Deliberação sobre a aprovação do Balanço Patrimonial do exercício de 2025.

Passando à ordem do dia,foram apresentados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, bem como as demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.Na sequência, procedeu-se à leitura do Parecer do Conselho Fiscal, o qual concluiu pela regularidade das contas, recomendando à Assembleia a sua aprovação sem ressalvas.

Após análise e discussão dos documentos apresentados, a Assembleia Geral, por unanimidade dos presentes deliberou:

Aprovar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; Determinar o arquivamento da presente ata juntamente com os documentos contábeis e o parecer do Conselho Fiscal nos registros da entidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia às 12:15 horas, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, Secretária, e pelo Presidente da Assembleia.

São Luis-MA 09 de Junho de 2026.

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93750

Presidente da Assembleia

Marcio Roberto da Silva Ferreira

Secretária

Gleiciane Patricia de Sousa

ASSINATURA DOS PRESENTES:

Marcio Roberto da Silva Ferreira Marcio Roberto da Silva Ferreira

Gleiciane Patricia de Sousa Gleiciane Patricia de Sousa

Sandra Regina Silva Santos Sandra Regina Silva Santos

Renata Borges Lima Renata Borges Lima

Carlos Gabriel Trindade Santos Carlos Gabriel Trindade Santos

Kariadine de Maria Nascimento Pachêco Maia Kariadine de Maria Nascimento P. Maia

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 43979 desta cartório e Registrado sob o nº 93750
São Luís 10 JUL 2026
Dr José Tadeu Cantuária de Azevedo
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Cellene dos Santos Prestana
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Poder Judiciário TJMA Selo PRENOT09862630RIVA8:2F7XDQKG 10/07/2026 10:12:43 Ato: 16.1 Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ93750. Total R$ 42,60 Emol R$ 28,64 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52 FERRFIS R$ 0,58 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo ARUB3V029826X56L XMFMWW A012 10/07/2026 10:13:02 Ato: 16.22 Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ93750. Total R$ 13,64 Emol R$ 12,34 FERC R$ 0,36 FADEP R$ 0,50 FEMP R$ 0,50 FERRFIS R$ 0,12 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo AVEPBA029826WIL8BNAMOYJQWQ86 10/07/2026 10:13:11 Ato: 16.9.2 Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ93750. Total R$ 21,37 Emol R$ 19,09 FERC R$ 0,57 FADEP R$ 0,75 FEMP R$ 0,75 FERRFIS R$ 0,19 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário TJMA Selo AVERBA029826V1AP5JJ3CPSKLQB4 10/07/2026 10:14:09 Ato: 15.9.1 Parte(s): INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR/PJ93750. Total R$ 102,15 Emol R$ 91,20 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,65 FEMP R$ 3,65 FERRFIS R$ 0,91 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS. Nº

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93751

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR** e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à insigne Assembléia Geral, para apreciação e aprovação o nosso parecer relativo ao exercício de 2025 encerrado aos 31 dias do mês de dezembro.

Após minucioso exame dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais e à nós encaminhados pela diretoria do Instituto, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos,especialmente dos demonstrativos financeiros, relatórios de execução, extratos bancários, balancetes, livros contábeis, notas fiscais e demais documentos comprobatórios apresentados pela Diretoria Executiva, emite o presente parecer.amentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução.

Constatou-se, ainda, a regularidade dos atos administrativos e financeiros praticados no período analisado, não sendo identificadas inconsistências relevantes capazes de comprometer a transparência, legalidade e legitimidade da gestão dos recursos administrados pela entidade.

Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL RECONSTRUIR,** reconhecem e atestam a precisão do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do fluxo de caixa e Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício de 2025, apresentado e, propõem a sua integral aprovação, com voto de louvor.

CONSELHO FISCAL:

São Luis/MA, 09 de junho de 2026.

FOLHAS. Nº _____

PROC. Nº AA 001/26

RUBRICA _____

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR

CANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Nº 93751

Renata Borges Lima
Renata Borges Lima
Presidente do Conselho
Fiscal

Kariadine de Maria Nascimento Pachêco Maia
Kariadine de Maria Nascimento Pachêco Maia
Membro – Titular

Carlos Gabriel trindade Santos
Carlos Gabriel trindade Santos
Membro - Titular

Marcos Roberto L. S. Santana
PRESIDENTE

Poder Judiciário, TJMA, Selo
AVERBA02092MP0012MEN1JQ237, 10/07/2026
10:17:09, Ato: 15.91, Parte(s): INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ/93751, Total R$ 100,16 Emol R$
91,26 FERC R$ 2,74 FADEP R$ 3,66 FEMP R$ 3,66
FERRFIS R$ 0,84 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUARIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
O presente documento encontra-se AVERBADO no
Reg. nº 43979 deste cartório e
Registrado sob o nº 93751
São Luís, 10 JUL 2026
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Cellane dos Santos Pestana
Lucyana Leticia Gouveia Nunes
Escrevente Autorizado
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Poder Judiciário, TJMA, Selo
PRENOT02092025ACZI.0209534KTIK7A, 10/07/2026
10:16:42, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ/93751, Total R$ 42,60 Emol R$
38,94 FERC R$ 1,14 FADEP R$ 1,52 FEMP R$ 1,52
FERRFIS R$ 0,38 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário, TJMA, Selo
AVERBA02092MP0012MEN1JQ11, 10/07/2026
10:19:25, Ato: 15.92, Parte(s): INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ/93751, Total R$ 21,37 Emol R$
19,09 FERC R$ 0,57 FADEP R$ 0,76 FEMP R$ 0,76
FERRFIS R$ 0,19 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário, TJMA, Selo
ARQUIV02092MAQC90XM19942L091, 10/07/2026
10:17:09, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RECONSTRUIR/PJ/93751, Total R$ 13,84 Emol R$
12,34 FERC R$ 0,30 FADEP R$ 0,60 FEMP R$ 0,50
FERRFIS R$ 0,12 Consulte em https://selo.tjma.jus.br